

CADERNOS DE EDUCAÇÃO
POPULAR **14**

**África atual:
três histórias,
várias questões**

JOÃO BOSCO FERES
VALDIR CARLOS SARAPU
IRENE LOEWENSTEIN



Nova

© 1988, NOVA — Pesquisa e Assessoria
em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22/803
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Direitos de publicação:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Projeto Gráfico
Gerardo Hanna

África
três histórias
várias questões

JOÃO BOSCO FERES
VALDIR CARLOS SARAPU
IRENE LOEWENSTEIN



Editora Vozes
em co-edição com

NOVA

Sumário

NOTA INTRODUTÓRIA	7
OS ENTREVISTADOS	11
GUINÉ-BISSAU: caminhos e descaminhos	
Entrevista com <i>João Bosco Feres</i>	13
ANGOLA: poder popular e estado	
Entrevista com <i>Valdir Carlos Sarapu</i>	45
MOÇAMBIQUE: alfabetização e outras lições	
Entrevista com <i>Irene Loewenstein</i>	75

Nota introdutória

Os cem anos de abolição da escravatura no Brasil suscitaram inúmeros debates. Visando a participar da discussão de alguns dos temas por eles levantados, organizamos o presente Caderno abordando questões da África atual. Esta escolha tem, fundamentalmente, dois objetivos. Primeiro, estimular um maior conhecimento a respeito dos povos africanos. Segundo, retomando a história recente de alguns países da África, incentivar um debate sobre questões que dizem respeito às possibilidades efetivas de expressão, de organização e de participação de diferentes grupos sociais — enquanto diferentes — na estruturação de uma dada sociedade. Recorreremos à África, portanto, para que ela nos ajude a pensar sobre os procedimentos que uma sociedade adota em relação às diferenças que a caracterizam, visto que estão presentes nos vários segmentos que a compõem. Abordando esses procedimentos no contexto pós-independência da África, ficamos conhecendo melhor a experiência dos povos africanos.

É importante ressaltar que não se trata, de forma alguma, de insinuar ou tentar traçar um paralelo (totalmente improcedente) entre a África e o Brasil. Reconhecendo a singularidade da situação africana, visamos a provocar uma reflexão e um questionamento a partir de situações históricas determinadas. Para tanto procuramos descartar discursos idealizados sobre a África: os que transformam o real em imaginário. Nossa tentativa foi de apreender e analisar situações concretas e reconhecer as dificuldades, os tropeços e os problemas que se apresentaram na difícil experiência dos países africanos — com marcadas diferenças internas — em busca de sua afirmação.

Três entrevistas compõem este Caderno. Cada entrevistado nos traz seu ponto de vista, sua perspectiva, como cidadão que sente e analisa os fatos de um cotidiano do qual participou. Neste sentido, são depoimentos vivos sobre a história ocorrida, se distanciando, muitas vezes, das histórias oficiais.

As entrevistas dizem respeito a três países distintos: Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. O que os aproxima é o passado de ex-colônias portuguesas e a adoção, após a independência de Portugal, de uma proposta socialista como tentativa de construção de "uma sociedade com mais justiça e igualdade".

Pelas entrevistas realizadas, verifica-se que a história desses países, no período pós-independência, nos ensina mais pelas questões que permite levantar do que pelas respostas encontradas.

Os entrevistados reconhecem que os países africanos enfrentaram condições extremamente desfavoráveis na sua luta por independência e soberania. No entanto, e as entrevistas mostram isso claramente, pode-se considerar que o maior obstáculo ao avanço de cada país na busca de seu próprio rumo foi o fato de que as diferenças internas — as diferentes maneiras de sentir, pensar e agir dos grupos; os seus valores e normas; as suas tradições; os seus deuses... — não foram consideradas como fatores determinantes e enriquecedores deste processo. Esse obstáculo foi criado quando se decidiu pela implantação de um modelo de organização social que — como todo modelo — trazia definidos a priori os padrões a serem adotados. Esse modelo preconizava, com prioridade, a criação de uma unidade nacional, entendida como marca da identidade do país. Como a realidade era profundamente heterogênea e a unidade pressupunha a homogeneidade, a tentativa foi de subordinar as diferenças existentes a essa identidade criada pelo modelo.

O que chama atenção nas entrevistas é a existência de uma situação que forçava a pensar, porque desconhecida e necessitando ser interpretada, e a existência de problemas singulares que requeriam a criação de esquemas próprios para o seu encaminhamento. Frente a essa realidade, apelou-se para a utilização de fórmulas, para a importação de modelos considerados consagrados, que pouco ou nada tinham a ver com as condições de cada país. Não estamos tratando aqui das intenções ou pressões sofridas pelos dirigentes africanos, mas destacando algumas conseqüências, a nível da sociedade como um todo, de determinadas opções feitas. Abrir mão de pensar o que está exigindo ser pensado indica a pouca importância que se deu, nos países africanos, à busca de novas formas de pensamento. Abrindo mão de pensar a realidade existente,

perdeu-se a oportunidade de criar uma nova ordem social. Uma ordem social que seria nova porque incorporaria as diferentes maneiras de sentir, de pensar e de agir dos povos africanos, possibilitando que a identidade nacional se afirmasse através e em função dessas diferenças.

Mas essas diferenças não cabiam no modelo proposto. E embora todos tenham sido chamados a colaborar na sua implantação, o modelo não permitia a participação: era para ser adotado, não questionado.

Como era de se esperar, a sua adoção não encontrou ressonância junto às populações africanas e sua imposição vai gerar resistências nos mais diferentes grupos sociais. Essas resistências, quando e na medida em que encontrem possibilidades de se expressar, vão se manifestar de diferentes maneiras. Uma das respostas da população foi a gradativa distância que ela assumiu em relação ao poder institucional. Não estaria esta distância mostrando que as populações podem não atuar conforme um modelo? Não seria esta, justamente, uma das contribuições que as experiências africanas poderiam nos dar?

* * *

As entrevistas, que se seguem, foram gravadas entre outubro/87 e abril/88. Elas foram realizadas sem roteiro prévio e constituem conversas informais que foram posteriormente revistas, e devidamente retificadas, pelos próprios entrevistados.

João Bosco, em carta, me adverte: as falhas de uma publicação são debitadas a quem a organiza. Que o seja! O mais importante é registrar os créditos: esta publicação só foi possível dada a argúcia, disponibilidade e imensa paciência de cada um dos entrevistados.

Regina Rocha
Rio, julho/88

Os Entrevistados

João Bosco Feres é professor-pesquisador da Universidade Católica de Nijmegen, na Holanda, ligado ao Departamento de Ciências Sociais — Geografia Humana dos Países em Desenvolvimento.

Trabalhou como perito em desenvolvimento em Angola e Guiné-Bissau de 1975 a 1982. Faz parte do corpo de especialistas em questões de desenvolvimento rural e educação popular do Ministério de Cooperação Internacional da Holanda.

É brasileiro, naturalizado holandês, trabalhando fora do Brasil desde 1969. Fez estudos de filosofia na Universidade Católica de Minas Gerais; especialização em Ética Social, na Universidade de Amsterdam, na Holanda.

Valdir Carlos Sarapu é técnico especializado em cooperativismo. Trabalhou nessa área em diversos países, participando nos projetos de desenvolvimento de cooperativismo agrícola em Angola de 1975 a 1978. No Brasil tem estado vinculado a diversos organismos que trabalham com o fomento e defesa do cooperativismo. Atualmente encontra-se engajado na Crediminas — Associação de Cooperativas de Crédito Rural num projeto que pretende instituir no Brasil um sistema de crédito rural, autônomo, de e para produtores rurais.

Fez estudos no Brasil e especialização em Sociologia na França.

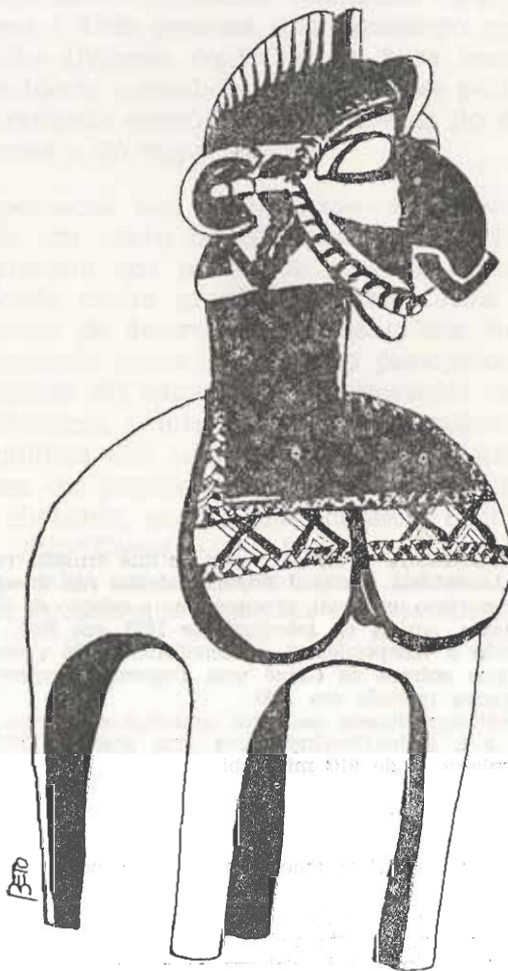
Irene Loewenstein é socióloga (Universidade Católica do Rio de Janeiro) e tem pós-graduação em Educação de Adultos (Phillips Universität-Malburg/Lahn e Johan Wolfgang Universität-Frankfurt/Main, Rep. Federal Alemã).

Trabalhou como cooperante junto à República Popular de Moçambique de 1976 a 1984 na área de Alfabetização de Adultos. De 1984 a 1986, foi consultora de Educação Popular em projetos e pesquisas em áreas rurais da Bahia; membro da Coordenação Executiva do Centro de Educação e Cultura Popular-CECUP.

Atualmente assessora o Projeto Cidadão (Secretaria de Governo do Município do Rio de Janeiro) e é consultora de um projeto sobre instrutores do Senai (Depto. Nacional).

Guiné-Bissau: caminhos e descaminhos

Entrevista com *João Bosco Feres*



GUINÉ-BISSAU — Após 11 anos de luta armada, os deputados da Assembléa Nacional Popular, eleitos nas áreas libertadas, por sufrágio universal, proclamaram a criação do Estado da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, em Boé. Um ano mais tarde a independência é reconhecida pelo governo português, que sofrera na Guiné uma fragorosa derrota militar, numa guerra iniciada em 1963.

A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, entre o Senegal e a Guiné-Conakry. Tem uma área de 36.115 km². Sua população é de 910 mil habitantes.

Capital: Bissau.

Principais produtos: amendoim, arroz e pesca.

O presidente João Bernardo Vieira anunciou em 1986 o início da "Segunda Luta pela Libertação Nacional": abolição do monopólio do Estado sobre o comércio e encorajamento de investimentos privados, nacionais e internacionais.

Regina Rocha — A idéia é você falar da sua experiência na África, para que a gente possa aprender com ela. Se você quiser, podíamos considerar dois momentos. Primeiro, tratar dos movimentos sociais enquanto movimentos: como eles se organizavam e qual era a sua dinâmica? Depois, falar sobre a institucionalização da "nova" sociedade: esses movimentos integraram ou não esse processo? Eles se apropriaram dos canais institucionais que iriam viabilizar um outro tipo de sociedade? Como foi esse processo na Guiné-Bissau?

João Bosco Feres — Eu gostaria de dizer que o meu período africano foi muito marcado por uma espécie de releitura, de retomada em outro nível, de pensadores africanos que me influenciaram bastante. Quando a gente tenta reconstruir um pouco a trajetória do pensamento político dos líderes africanos, dos anos 50 até agora, ocorrem imediatamente três nomes: Nkrumah¹, Patrice Lumumba², e Amílcar Cabral.³ Três pessoas que pensaram coisas novas em relação à situação africana contribuíram para despertar todo um ideal de independência e estabeleceram relações políticas para além das análises puramente econômicas dos efeitos do colonialismo, da exploração colonial e do imperialismo.

Um outro pensador que também me "acompanha" pela África é Frantz Fanon, um negro não-africano que funcionou como um observador e analista dos processos de descolonização da África com uma acuidade muito grande. Ele caracteriza o colonialismo como um processo de destruição da identidade cultural do colonizado, desembocando numa situação de psicopatologia social, em que a personalidade do colonizado é totalmente destruída. Fanon analisa o colonialismo, a luta contra o colonialismo e o processo de afirmação política dos novos países independentes do colonialismo. Três fases do processo, portanto. E a conclusão a que ele chega é muito chocante, quando ele analisa a evolução política de países como a Guiné-Conakry e o Senegal: os novos Estados acabam assumindo todas as características e "ideais" do colonizador, porque foram integralmente roubados em sua identidade e em sua capacidade de ser, de pensar com a própria cabeça e de se autovalorizar.

O processo na Guiné-Bissau teve um caráter muito especial.

Amílcar Cabral, que é a grande figura por trás da independência do país, teve uma contribuição muito específica na compreensão, na organização e na concretização da luta contra o colonialismo. Ele opera dentro de um processo de luta — e de luta armada, numa guerrilha empenhada num combate extremamente desigual e desvantajoso contra os restos da dominação colonial na África — e

(1) Gana, (2) Congo Belga, (3) Guiné-Bissau.

levanta como alicerce dessa luta um dado mais positivo. As análises, tanto de Lumumba quanto de Nkrumah, são análises negativas, análises de falta: o que foi destruído, o que está sendo roubado, o que nos impede... do mesmo modo que Fanon. Amílcar Cabral parte de uma outra chave. Com os mesmíssimos dados e com a mesma situação, ele procura dentro da cultura da Guiné e dentro das diversas culturas que existem na Guiné — pois o país é um mosaico de etnias, de tribos e de tradições diferentes — o fator de força, de coesão e de motivação para se enfrentar uma guerra. E ele se exprime de forma muito discreta — porque é um pensador muito pouco ufanista e bombástico, exatamente o contrário do pensamento “negrista” da sua época. Se você pensa no discurso, que eu chamo pejorativamente de “poético”, que se encontra principalmente nas ex-colônias francesas — você encontra umas expressões horrendas para a aspiração de liberdade, do tipo “a noite grávida de punhais...” e uma linguagem literariamente empolada, arrogante e principalmente muito feia. Cabral não faz nenhum esforço, em seus escritos, para se mostrar negro ou marxista ou “atualizado”. Ele consegue apreender as aspirações, todas legítimas, de seus contemporâneos, mas introduz um elemento fundamental, que eu acho muito comovente em sua humildade: eu não conheço ainda meu próprio povo e tenho de encontrar o meu caminho de mergulho na minha própria realidade, na situação real do meu povo.

É interessante, pois o caminho que ele escolhe é eminentemente técnico. Amílcar Cabral era engenheiro agrônomo, formado em Portugal. E a sua primeira iniciativa nesse processo de mergulho em busca de suas origens, é o estabelecimento de um projeto de trabalho agrônomo para o governo colonial português: um levantamento das possibilidades da agricultura na Guiné. A partir dessa pesquisa, uma pesquisa técnica, é que ele começa a despertar para os sinais de unidade, de aspiração social, de visão do mundo e de divisão do mundo também, existentes no seio de seu povo. Ele começa a utilizar o conhecimento que vai adquirindo no contato com as diversas populações da Guiné, para formular as bases de toda uma teoria revolucionária. Uma teoria de guerra de libertação baseada nas características mais tradicionais das sociedades com que entra em contato: descobre o valor da tradição e a capacidade de renovação dessa mesma tradição. Para a época em que ele escreveu, ele tem um olhar muito novo — inclusive em termos de abordagem científica da sociedade. Bonito, um agrônomo que faz ciências sociais. É um cientista social que não faz antropologia arqueológica. Ele não analisa uma cultura africana que vai ser enterrada e deve ser devidamente descrita e documentada, mas procura, exatamente, descobrir o vigor que essa cultura tem. E le-

vanta, a partir daí, todo um programa tático para que essa cultura possa viver em pleno. O resultado desse trabalho é a base de uma revolução que vai durar mais de 11 anos. Uma guerra contra um inimigo infinitamente mais poderoso que as tribos guineenses. Uma luta contra a coligação do que havia de pior em matéria de dominação militarista e capitalista na África: o salazarismo, o “apartheid” da África do Sul e todo o conjunto de interesses imperialistas ocidentais, reunidos sob a bandeira da OTAN, todos eles fornecendo armas, técnicos e tudo mais para sufocar a revolta dos “pretos”. E a “revolta dos pretos” era o início de uma das mais importantes revoluções no Terceiro Mundo e começava à base do arco, da flexa e do facão. Mas força maior que o arco, a flexa e o facão, era a coesão popular e a experiência de vida que os “rebel-des” colhiam da sua cultura.

Foi o “maquis”, a situação do campo de guerrilha, que permitiu a Cabral e ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) construir pela primeira vez, depois de séculos de dominação colonial, as condições para que o guineense pudesse viver tranqüilamente a sua cultura, a sua vida, sem nenhum branco vigiando em volta e dizendo como as coisas deveriam ser.

O movimento começa no início dos anos 60. De 63 a 73 são os anos mais duros da guerra. Nesse período, a Guiné praticamente se reconstrói do interior para o litoral, a partir da guerrilha. Em 73 a guerrilha do PAIGC controla dois terços do país. Os portugueses ficam, literalmente, isolados nas poucas cidades existentes, exatamente naquilo que havia de menos africano no país.

O que floresce no interior — além da guerra, militarmente eficiente — é um modelo de organização de um estado democrático muito novo para nossas cabeças de ocidentais. É um modelo profundamente íntimo, tranqüilo, normal para os africanos. Eles transformam a agricultura de subsistência familiar, típica da África, numa agricultura de subsistência de comunidades — e as comunidades são mais extensas que a própria aldeia.

As experiências iniciais são muito fracionadas, feitas por tribos diferentes, por grupos muito pequenos. Algumas tribos você poderia reduzir a uma ou duas árvores genealógicas. Todas muito fechadas em si mesmas, como mandava o figurino do colonialismo português. O salazarismo, consciente da sua falta de dinâmica, foi muito sabido neste aspecto.

A dominação colonial: dividir para reinar

O salazarismo reforçou a tendência isolacionista das tribos e alimentou fartamente a mentalidade tribalista. Concedia, por exemplo, poder aos régulos, os chefes locais ou regionais. Os reis das tribos maiores eram encorajados a fazer acordos diretamente com o governo português e recebiam favores e privilégios como estímulo: eram dispensados do trabalho forçado, do pagamento dos impostos coloniais, não passavam pelos processos de seleção para obterem o registro civil e a carta de cidadania portuguesa. Tudo favores pessoais, atribuídos às pessoas dos chefes. É o poder colonial favorecendo o elitismo local: aliando-se a uma elite que se vê como superior ao resto, e por isso mesmo capaz de cultivar privilégios como sendo seus próprios direitos e colaborar na opressão imposta ao resto. Uma elite conservadora e ciosa da imutabilidade de algumas tradições por ela defendidas e da necessidade de defender a sua pureza.

O que faz Amilcar com essa situação? Primeiro ele reconhece que o pensamento tribal é fechado, elitista e patriarcal. E resolve pegar as coisas por aí. Evita, contudo, usar a violência verbal de apelo moralista à conversão — coisa muito comum no discurso pan-africanista e negrista da época. Muita gente de esquerda já havia tentado combater o tribalismo, mas o discurso não funcionava, pois não passava de um apelo moralista: “que horror, o mundo está despedaçado e vocês ainda contribuem mais para isso...!”.

Cabral tenta entender onde está o elemento de coesão das tribos. E o que descobre, quase a olho nu, é o instinto de preservação, a necessidade de sobreviver: quanto mais coeso você está numa comunidade, tanto mais força essa comunidade tem para se socorrer, se proteger e se afirmar. Então ele começa a fazer um trabalho de abordagem das comunidades a partir dessa necessidade, sem ignorar as relações tribais e sem condená-las a priori, mas justamente respeitando-as e valorizando-as, procurando descobrir a dinâmica da coesão existente. E parte, depois, para uma discussão procurando estimular a troca de experiências entre os vários grupos. Uma novidade absoluta para a época. Seu ponto de partida é muito empírico, muito concreto e terra à terra — um ponto de partida de um agrônomo e não de um ideólogo: como produzir mais e melhor? Como ter menos fome? Como melhorar a agricultura praticada?

E foi descobrindo coisas: sistemas típicos de plantio, de armazenamento de cereais, sistemas de adubação verde, etc. Conversan-

do, aprendendo e estimulando as pessoas a passar para outras suas experiências e seus conhecimentos.

Claro que houve resistência, de início. Mas as pessoas, movidas pela necessidade, começam a entrar na dinâmica de sua abordagem e avançam, sem solavancos, num processo de crítica da própria cultura e de abertura da mesma para experiências vindas de fora. Só a partir daí é que a discussão se amplia, em termos muito pouco retumbantes: “e se a gente fizesse a mesma coisa em relação aos portugueses que nos oprimem? E se a gente usasse isso para aumentar o espaço de liberdade de que dispomos? Para crescer ao nosso modo? Como será esse modo?”.

A luta anticolonial: valorizando as diferenças

A guerrilha é organizada, desde o início, com grupos bastante diversificados. A divisão entre as tribos é respeitada (localização geográfica, parentes ou pessoas da mesma etnia ficando mais ou menos juntos nas aldeias...). Mas, ao mesmo tempo, vai-se abrindo um universo um pouco mais amplo do que a família ou a tribo, onde as pessoas vão confrontando o que têm e o que são. Além do mais, desde o início, coloca-se uma questão muito problemática nas sociedades africanas modernas — a figura do mulato. Nas ex-colônias portuguesas este ainda é um problema. O próprio Amilcar era mulato. Na medida em que as pessoas saem das aldeias sob o domínio português, e fogem para a zona da guerrilha, já vão sabendo, mais ou menos, que vão ter que viver num ambiente mais largo que a família, a tribo ou o próprio umbigo. É o mundo se alargando...

Mas o que foi mesmo muito importante no processo de guerra na Guiné foi que as pessoas, desde o início, faziam uma opção de viver a diversidade, num clima de confronto muito amplo e muito livre. As estruturas que vão sendo criadas surgem das idéias das pessoas envolvidas. Então, a organização social, nos dois terços do país libertados pela guerrilha, é muito variada, muito pluriforme. Os papéis das pessoas vão variando, as experiências pessoais vão se diversificando muito.

No período final da guerra você encontra mulheres guerrilheiras, coisa muito pouco imaginável nas sociedades africanas. Mudanças muito radicais vão sendo estimuladas pelo processo de vida e de luta e vão sendo assimiladas, sem nenhuma pressão dirigista. A vida crescendo, na medida em que as pessoas crescem.

A intervenção ideológica é muito pequena, quase imperceptível. A presença de uma liderança também. O traço ideológico fundamental era: esta terra é nossa e foi invadida: o invasor precisa ser expulso. Na medida em que progride o processo de expulsão do invasor, vai-se descobrindo, ou redescobrimo, o espaço da própria cultura, da tradição e da realização da própria maneira de ver o mundo e organizar a vida no contexto dos territórios liberados.

A mobilidade que existia nos grupos, nas comunidades e aldeias, é muito grande. A divisão do trabalho era diferente da nossa forma ocidental de pensar uma estrutura de guerrilha. Um "comandante" de uma operação guerrilheira voltava tranqüilamente ao seu papel anterior de curandeiro, professor ou lavrador, até que as operações militares pedissem a sua volta como guerreiro.

RR — E isso é mantido durante todo o processo?

JB — Sim, e com uma coerência muito grande. É isso que dá ao movimento guineense um caráter tão especificamente africano. Em Angola e Moçambique, talvez por questões ligadas à presença muito maior dos brancos colonizadores, resultando em estruturas sociais coloniais muito ocidentais, o processo de guerrilha se organiza muito rapidamente como "exército" hierarquizado, como todas as guerrilhas que a gente conhece. O processo da Guiné, militarmente um sucesso, era muito pouco militarizado e nada militarista. Talvez venha daí, exatamente, o seu sucesso, a sua capacidade de não depender tanto de armas modernas, de balística e da ciência moderna da guerra. O processo cresce ao ritmo da vida, e é, por isso mesmo, mais humano e o mais horizontal possível.

RR — Eles conseguiram fazer valer esse modelo?

JB — Eles venceram os generais portugueses, antes dos angolanos e moçambicanos, e deram um enorme impulso ao processo de derrocada do fascismo em Portugal... Parece que funcionou, não é?

Moçambique e Angola saem da guerra profundamente militarizados, com sentimentos fortes de hierarquia. Partem imediatamente para a organização de partidos intitulados e ilustrados segundo os modelos clássicos: partidos ocidentais. A Guiné ainda teve chance de alimentar uma grande dúvida institucional: para onde é que vamos? apoiados por quem? onde queremos chegar? qual

a capacidade das forças vivas que estão aqui? A inspiração é, no limite, socialista, mas o governo e o povo não se proclamam socialistas. As estruturas iniciais são mais soltas, livres e amplas. Busca-se ainda um caminho, a passagem da guerrilha para a situação de tomada do poder do Estado.

RR — Você acha que isso foi em função da forma como se desenrolou o processo? Ou seja: da influência de um processo que se caracterizou como diferenciado?

JB — O reconhecimento da diversificação entre as tribos e a valorização da própria tradição são as duas marcas registradas do processo. E tradição, no sentido de se descobrir que não se trata de uma coisa velha, mas de que é algo vivo, que pode mudar e muda. Ela já havia mudado, na experiência de organização da vida das pessoas: rompeu-se o isolamento, mudaram-se costumes de tratamento da terra, regras de convivência, etc. E tudo isso aconteceu num clima de grande liberdade de pensamento, inclusive de plena liberdade religiosa. As diversas tribos tinham plena liberdade em desenvolver seus rituais, em recuperar seus cultos. Enfim, podiam viver sua tradição sem precisar sentir vergonha ou se esconder. E isto é muito sério. Fanon fala muito dessa "vergonha" do colonizado, e especialmente do negro, em reconhecer suas origens... e a gente respira aliviado quando chega a Amílcar Cabral. Não se depara com o pudor que o africano, em geral, tem das suas origens, sua aldeia, seu animismo, seus fetiches e macumbas, sua medicina tradicional. Tanto em Angola quanto em Moçambique eu sinto sempre que as pessoas se envergonham do próprio passado e acabam por rejeitá-lo. É um sentimento forte, violentamente presente. O caráter urbano que o poder do Estado assume é avassalador. O marxismo mal digerido, então, é um verdadeiro desastre. O processo guineense conseguiu assimilar melhor isso: o seu caráter africano foi muito mais assumido, com muita liberdade e sem cair na folclorização ou na pieguice televisiva do "africanismo ocidental".

Veja, por exemplo, um país como a Guiné-Conakry, onde o africanismo é muito propalado, mas na verdade acabou reduzido ao "Ballet Nacional" que eles exportam para o Ocidente como amostra de bom-gosto. E o ocidental curte como exotismo e pornografia despistada. A essência das coisas, a religião como expressão de uma força vital, como referencial de vida da população é desmelecida e desqualificada.

A questão da liderança

RR — Você destaca Amílcar Cabral como muito importante nesse processo. Explique um pouco o porquê.

JB — Para meu próprio uso, eu identifico diferentes momentos importantes no processo de descolonização da África. Um deles pode ser representado por Lumumba, Nkrumah, Nyerere¹, Jomo Kenyatta², Senghor³, Sekou Touré.⁴ Eles representam a experiência da politização elitista dos anos 50. São africanos que conseguiram estudar e se lançar nas franjas do mundo colonial branco e acabam penetrando na política dos brancos.

Os colonizadores entenderam essas forças novas — e positivas — que surgiam e rompiam o sossego da dominação colonial e levantavam uma possibilidade nova de liderança e de agitação. Esses novos líderes são integrados através do movimento sindical, dos parlamentos e das vanguardas políticas progressistas das Metrôpoles. Claro que há diferenças nessa integração. Lumumba mantém uma perspectiva muito crítica, e você sabe como a história terminou. Senghor gostou demais da sala-de-visita dos brancos e ficou por lá, de presidente perpétuo e de literato, ajudando os franceses a dar mais “cor local” à sua política de pilhagem. O que há de comum nesses líderes é que nenhum deles era realmente um líder popular. Eles falavam em nome do povo.

O que é especial em Amílcar Cabral — para chegar à sua pergunta — é que seu caminho foi mais ou menos o mesmo. Ele era também um elemento da elite africana; meio cabo-verdiano e meio guineense, que tinha conseguido sair para estudar e que volta diplomado e como funcionário do governo. Mas o seu processo de atuação, sua forma de ganhar confiança das pessoas, foi muito lenta. Isto você escuta das pessoas que o conheceram. Quando ele inicia a sua pesquisa sobre a agricultura na Guiné ele já era uma pessoa inquieta e incomodada com a situação de horror e de injustiça que era o colonialismo português. Ele já havia tido suas luzes de marxismo e os necessários contatos com o Partido Comunista Português. Mas quando ele volta para a África ele parece estar retomando a África para si mesmo: está tentando reconhecer as coisas, rever, sentir novamente, sem trazer uma receita no bolso. Ele realiza um processo de acúmulo de conhecimento sobre a Guiné, na medida em que percorre o país. Volta várias vezes ao mesmo lugar. Fala muito com as pessoas. Procura instalar-se como agrônomo e não como revolucionário ou como político profissional. Ele começa a trabalhar em 50 e só vai haver agitação política

(1) Tanzânia, (2) Kenya, (3) Senegal, (4) Guiné-Conakry.

e guerrilha dez anos mais tarde. Há antes, então, um longo processo de autoconhecimento e de conhecimento da situação, as duas coisas acontecendo ao mesmo tempo.

O realce que sua figura recebe é muito grande. Seu papel foi essencial. Mas, quando se fala com seus amigos e com pessoas que conviveram com ele, ou com pessoas que fizeram a guerra, sem tê-lo conhecido pessoalmente, fica evidente que a guerra de libertação foi trabalho de todos. Ele não foi o líder único e exclusivo. Houve muita luta interna e apareceram muitos candidatos a proeminentes também. O importante é que o processo guineense foi o que mais produziu lideranças de base.

RR — Mais produziu, por quê?

JB — Por ser um processo encarado como processo de todos, onde surgem muitas pessoas importantes e todas muito diferentes umas das outras. Quer dizer, não era um processo concentrado em cima de um marechal e de um comitê central. O processo era muito diversificado e as pessoas envolvidas tinham níveis culturais, políticos, sociais muito variados. No momento da independência, por exemplo, foi um corre-corre para encontrar pessoas representativas para ocupar cargos do governo. A Guiné tinha 90% de analfabetos e não mais que 20 quadros com formação universitária. O Primeiro Ministro lia mal e o Presidente tinha um diploma de técnico em contabilidade. Entre esses dois, havia toda uma gama de chefes militares e chefes de comunidades, de idades muito variadas e de formação muito variada. Mas todos com uma experiência muito grande de vida com o povo e de funcionamento em comunidades muito ativas e eficientes. O tempo da guerrilha produziu uma sociedade africana na medida das necessidades e aspirações dos seus participantes. Este é, para mim, o momento mais importante da experiência guineense, e que coloca a Guiné numa posição exemplar no processo africano. Tão perto do Senegal e tão longe...

Amílcar Cabral foi o inspirador e o catalisador desse processo. Questão de carisma, de magnetismo e de talento, sem dúvida. Mas muito mais do que isso: questão de saber inventar um caminho de libertação, independente da sabedoria dos modelos pré-fabricados, que existiam aos montes na época e eram muito mais estimados que hoje em dia.

No momento em que Amílcar morre, o processo começa a apresentar sinais de desagregação. Não apareceu ninguém com seu pique nem com a respeitabilidade que ele inspirava. Amílcar en-

trou num processo em que ele próprio aprendeu, foi descobrindo o processo em que se encontrava, e foi formulando o processo na medida em que vivia e convivia. Conduziu de maneira muito diferente do que estamos acostumados. A gente sempre pensa no líder marchando na frente e o povo atrás; o líder distribuindo regras, discursos e conselhos e o povo obedecendo e cumprindo à risca seus ditados. Ainda não conseguimos pensar o líder como articulador de trocas, estímulo ao intercâmbio.

RR — Você considera Amílcar Cabral um líder deste tipo?

JB — Ele foi o fator de articulação que impediu que o movimento popular desencadeado se transformasse em um processo caótico. Ele cria uma linha dentro do processo, uma linha muito imperceptível, muito pouco autoritária, mas uma linha. Ele conduz de certa forma as coisas. E o tipo de condução desse processo é que é interessante. O tipo de reunião popular, por exemplo, que se criou no ambiente da guerrilha. A forma como se faziam congressos, as assembléias de avaliação, os encontros da população para avaliar a guerra, para planejar os próximos passos, para discutir os apoios que recebiam. O processo tornou-se uma verdadeira democracia popular.

Democracia de base

RR — Fale um pouco sobre isso. Como é que as assembléias, as reuniões e encontros funcionavam?

JB — Tudo era feito a partir da essência da tradição africana. Tudo era discutido ao nível da base. Todos os problemas da guerrilha. Foi uma guerrilha com muito pouco segredo e mistérios, pois o povo que estava envolvido estava envolvido de modo muito intenso, o que dispensava a parafernália dos esquemas de segurança, dos segredos táticos. A representação popular era a base de tudo, e representação descendo até o nível das aldeias, onde cada um podia dizer o que pensava. Evitavam-se ao máximo as tomadas de decisão por representação indireta. Quando isso era inevitável, procurava-se não conservar o poder decisório nas mãos dos mesmos representantes. Comissões eram criadas, na medida em que as questões se punham. Resolvidas as questões, cada um voltava para suas ocupações anteriores. Assim, evitava-se a elitização da representação e a “profissionalização”, que são meio caminho andado para o autoritarismo e o favoritismo — duas categorias também presentes na tradição africana.

Num país relativamente pequeno como a Guiné, numa região militarmente isolada, como era o caso da guerrilha, esse tipo de estrutura funcionava perfeitamente: os avisos eram passados com grande rapidez, por “estafetas”, por tambores. O ritmo normal de vida numa aldeia africana é muito marcada pela conversa: as pessoas estão habituadas a sentar e discutir muito tradicionalmente em grupos bem destacados por sexo e idade.

A arte era, portanto, estimular esse componente de comunicação, utilizando inclusive as distinções de sexo e idade como forma de conhecer as idéias dos vários grupos que compunham o universo da aldeia. Partindo daí, romper esse isolamento tradicional dos grupos através das assembléias, em que todos os grupos se manifestavam ou diretamente ou através de um porta-voz.

Nesse clima, tudo era decidido por todos. As idéias novas podiam ser assimiladas calmamente, a partir de cada grupo e de sua perspectiva própria, e só depois — devidamente ruminadas — eram colocadas em clima de confronto, na assembléia. As idéias “antigas” eram repassadas por esse crivo, da mesma forma.

Era uma forma muito trabalhosa de construir idéias e arquitetar decisões. Num processo de guerra não pode ter sido simples manter essa linha de atuação. Deve ter havido milhares de situações em que decisões deveriam ser tomadas com urgência. Naturalmente muita gente deve ter utilizado essa urgência para eliminar alguma fase do processo decisório e impor as idéias de um grupo... A gente vê acontecer isso o tempo todo, mesmo não estando em guerra. É nesse ponto que eu considero a presença de Amílcar Cabral fundamental. Ele deve ter brigado muito com seu círculo imediato de companheiros para que esse padrão de comportamento fosse mantido como norma de organização da luta e da sociedade. Provavelmente ele teve que dar alguns berros para mandar de volta à sua escola o professor que acabara de realizar uma grande façanha militar; ou teve que batalhar muito para que uma determinada oportunidade de enviar uma delegação de representantes da guerrilha ao exterior fosse realmente discutida pelas aldeias e estas indicassem os nomes de seus componentes... Tendo conhecido a Guiné, mas principalmente conhecendo outros processos de discussão e de organização, sou cada vez mais propenso a acreditar que o papel de Cabral nessa situação deve ter sido muito trabalhoso.

RR — Eu queria voltar a uma coisa interessante que você colocou. É quando você mostra que houve uma valorização da tradição. Quer dizer, a tradição não é um dado negativo, há uma positividade. Se você explorasse um pouco mais isso?

JB — Um exemplo interessante é a integração dos ritos de iniciação, das diversas tribos, na dinâmica do desenvolvimento da sociedade. Em vez de reduzir a “passagem da idade” ao formalismo em que esses ritos caem com o tempo, fez-se uma ligação com tarefas ligadas à vida das aldeias. Por exemplo, as crianças de zero a sete ou nove anos formam um grupo sem função específica na sociedade tradicional (em algumas etnias essas crianças nem recebem um nome). Sua única função é comer e brincar e sobreviver, no processo de seleção natural. Na situação de guerra, com a necessidade de aumentar a produção agrícola para alimentar as pessoas envolvidas nas operações militares, descobriram-se tarefas importantes para as crianças: brincar nos campos de arroz, fazendo barulho para espantar os passarinhos e outros inimigos da colheita; guardar o gado, para que este não invadisse as roças; levar mensagens; transportar armas; etc. Todas essas tarefas impregnadas de um significado de “mudança de vida” e de “status” dentro da comunidade. Da mesma forma que o iniciado recebia parte dos segredos da tribo e da família — coisa que podia acontecer de forma muito mecânica e formalista — ele passa a participar mais ativamente das atividades comunitárias. A passagem de iniciação dos adultos, que é muito mais trabalhosa, também recebeu “reparos de modernização”: ao costume milenar de retiro dos iniciantes na mata, sob direção dos sábios da comunidade, integrou-se a prática de uma espécie de revisão de vida em que, ao lado dos segredos da tribo e da história do próprio povo, também a história recente era contada e refletida. Tudo isso completado com a preparação concreta para a próxima fase de vida e para a função específica do grupo etário no seio da comunidade. Dessa forma sutil e delicada, rompe-se a principal fonte de estagnação da cultura, que é a repetição mecânica. Em vez da repetição eterna, e no máximo saudosista, integra-se o novo, refletido e discutido, numa situação pedagógica de “retiro” e de distanciamento.

Outro efeito marcante foi a mudança gradual da posição da mulher na sociedade. Tradicionalmente a mulher tinha muito pouca voz ativa nas decisões e na organização das comunidades. As reuniões de aldeias estavam totalmente entregues aos homens... enquanto que a economia, de fato, girava completamente em torno do trabalho executado pelas mulheres. Na guerra, o papel das mulheres, principalmente na produção agrícola, foi muito mais sobrecarregado que na situação normal de paz. O primeiro passo foi encarar essa sobrecarga como uma tarefa social nacional extrapolando, portanto, da produção familiar tradicional. Momento ideal para sugerir mudanças na divisão do trabalho. O fato de as mulheres trabalharem em roças coletivas favorecia o contato social informal entre elas e facilitava, evidentemente, a reflexão

em torno das mudanças. A passagem dessas novidades do trabalho para a casa é imediata. De casa para a reunião da aldeia, mais imediata ainda. Mesmo enquanto a estrutura das reuniões ainda conservava o velho estilo — os homens falando sem parar e as mulheres bocejando — já se percebia que os homens chegavam às reuniões com a cabeça devidamente trabalhada. Uma vantagem dupla, para a pedagogia da mudança: o novo acontece sem estardalhaço, e o formalismo antigo começa a ser contaminado por uma atitude nova de participação mais efetiva e menos simbólica. É claro que nem tudo se passou de maneira paradisíaca e harmônica. Os homens “refilaram” muito e resistiram bastante, principalmente quando as mulheres começaram a ocupar posições de destaque na direção das atividades. A postura do partido era, nesses casos, muito firme e decidida: para atividade tal necessitamos de uma pessoa assim e assim, independente de sexo, de família ou de origem — vale a necessidade e pronto. Uma tática interessante: é a necessidade que exige mudanças, de forma refletida, discutida, argumentada e não só porque surgiu, em algum lugar, uma nova moda. Houve muitas quebras da tradição, recebidas, em geral sem traumas, na medida em que se entendia que a tradição estava atravancando o processo de melhoria da vida.

A institucionalização desmobilizante

RR — Vou aproveitar estas suas colocações e retomar um ponto que me intriga. Se as pessoas estavam tão empenhadas nesse processo e sentiam-se tão preocupadas, por que é que você coloca a morte de Amílcar Cabral como o início da desestruturação desse processo? No fundo o que eu estou questionando é essa visão de que faltando o grande líder as coisas desmoronam. Eu gostaria que você explicitasse isso: concommitante à morte de Amílcar Cabral, não existiram outros acontecimentos que foram determinantes para imprimir uma outra direção ao processo?

JB — Você tem razão. Eu falei de Cabral como um elemento catalisador de importância essencial na organização e no desenrolar do processo. É o líder presente. Mas acho que há outros aspectos. Amílcar Cabral é assassinado alguns meses antes da tomada do poder do Estado. Era um líder excepcional que funcionou durante a guerra e a construção do poder popular. O poder popular, independente das eventuais semelhanças com outros processos, para os seus atores foi uma criação deles, saída das suas cabeças e da sua visão do mundo. A tomada formal do poder central, representada pela independência, muda a direção do processo.

Eu cheguei à Guiné com o poder do novo Estado já instalado e tentando funcionar, a duríssimas penas. O aparelho de estado instalado refletia ainda muito fortemente o clima de organização inventado durante a guerra. Havia, por exemplo, muitas mulheres em posições proeminentes. A relação da população com o poder ainda era muito estreita e direta. A forte presença do animismo na vida diária era muito evidente. Para nós brancos, cartesianos, materialistas históricos, essas coisas pareciam meio cômicas, meio tolas. Mas as cerimônias e os despachos e as consultas aos curandeiros tradicionais, por parte de alguns dignitários do Estado, eram freqüentes e eram levadas a sério. Não era média demagógica ou populista, acreditavam e respeitavam. Para muitos cooperantes estrangeiros era uma questão de fazer média com a população, na esperança de que o processo de desenvolvimento iria libertar o país dessas superstições. Eu acho que as coisas devem ser procuradas mais fundo. Trata-se, nesse caso, de tentar entender onde bate o sentimento religioso, a crença no absoluto e a organização da vida em função ou em resposta a essa crença.

A relação das pessoas com os espíritos impunha uma forma de contrato, uma atitude social. As cerimônias e consultas eram pontos fundamentais de posicionamento popular diante de decisões a serem tomadas. Há montes de exemplos sobre isso e muitas evidências de que o caráter popular e democrático do Estado vai se esfumando na medida em que esses aspectos vão sendo "corrigidos"... Mas acho que a gente se perdeu nesse parêntesis...

RR — Foi ótimo. Mas você ia falar da institucionalização, da oficialização que veio com a independência.

JB — Pois é. A independência foi o divisor de águas. Enquanto a guerrilha estava na mata, ela estava no ambiente dela. Houve centenas de iniciativas estrangeiras de apoio à luta. Dezenas de comitês europeus. E houve também o apoio da União Soviética. E todo mundo respeitava muito o ritmo e o estilo que os guineenses estavam dando à sua própria luta. A interferência ocidentalizante foi, então, muito pequena. Mas a partir do momento em que a Guiné virou um país... O discurso, por si, é de uma tristeza profética: "começamos a fazer parte integrante do concerto das Nações". Parece que os líderes entraram no tal concerto sem perceber que a orquestra estava tocando tudo errado e que o concerto tinha que ser consertado. O que aconteceu, então: por mais prolongada que tenha sido a guerra de libertação, a independência acaba sempre sendo um acontecimento abrupto. Há perplexidade e pânico diante das novas exigências. A primeira era

preencher o organograma que os portugueses, ao partir, tinham deixado vazio. Para mim, o primeiro grande desastre: no momento da tomada do poder, o modelo já está lá para ser preenchido. E é exatamente o velho modelo colonial português, acompanhado de um discurso libertário e socialista. Quer dizer, quando se chega ao momento de implantar o Estado, o modelo acaba sendo a velhíssima tradição ocidental, é o "mundo civilizado" sendo reentronizado, desta vez pelas mãos de quem tinha lutado durante quase vinte anos e conseguido até desemperrar a própria tradição.

A pergunta que eu me faço é: quem é responsável por essa escolha? É só a cabeça colonizada do africano? Fanon afirma de pé junto que é. Eu tenho a impressão de que é a violência do modelo ocidental, que se impõe como a única alternativa possível, como único modelo certo, coerente. Nós, ocidentais, transplantando como verdade absoluta e irrecusável um modelo capenga de organização da sociedade, em 1974, quando o capitalismo e o socialismo exigiam revisão e mudança...

RR — É! Há uma tendência a achar que existe um modelo. E mais: para o africano a adoção desse modelo, talvez, tenha sido apresentada como a única possibilidade de sobrevivência.

JB — É mais ou menos por aí. Você quer ser um interlocutor aceito, respeitado nesse concerto das nações. É um mecanismo diabólico. Veja o resultado: vão colocar nos cargos de direção, no mínimo, alguém que saiba entrar e sair em todas as situações. Esta era uma expressão muito ouvida na Guiné: "Fulano sabe entrar e sair", isto é, sabe se apresentar, sabe falar francês ou inglês com as delegações estrangeiras que vêm aqui, ele sabe discutir com o representante das Nações Unidas, que vem nos oferecer ajuda, sabe receber o embaixador da Conchinchina, etc. E começa a funcionar, por aí, um critério de seleção nas fileiras do poder popular: um critério ditado pelas necessidades dos cargos a ocupar, estranho ao processo de democracia popular.

Fanon tinha razão

JB — Alguém é nomeado Ministro; a primeira coisa que faz é repudiar a mulher que tinha no mato, porque acha que ela não vai saber se apresentar. Não fica duro de engolir? Toda a largueza conquistada na fase anterior do processo começa a se estreitar. A aspiração das pessoas não é mais estar bem dentro da

sua comunidade, mas é poder ascender no novo modelo que se abre. O negro começa a cultivar uma alma branca; parece que Frantz Fanon sai da gaveta e começa a descrever mais um processo que se "senegaliza".

"Eu não vou mais à escola da minha aldeia", foi um dos primeiros problemas. Durante a guerrilha a idéia era: vamos estruturar a escola como canal de transmissão e de reflexão das nossas experiências empíricas e das nossas necessidades imediatas. Então vamos pensar a física, a química, a matemática, em função dessas necessidades, ligadas aos problemas das pessoas neste momento. Este era o ponto de partida: construíram, no mato, uma escola viva, interessante, significativa. Mas isso vai perdendo o fôlego, pois a aspiração da própria população está mudando. Os pais, nas aldeias, querem mandar os filhos para o Liceu de Bissau, bem português e bem inútil, mas ótimo para dar créditos para concursos para o Estado, ou para abrir caminhos para uma bolsa de estudos no estrangeiro, na Alemanha Democrática, na União Soviética, em Cuba ou em Portugal. E se a bolsa der certo, o filho volta vestido de funcionário, com relógio e maleta de executivo... e como classe dominante.

A mera presença do Estado e da sua estrutura de gerente do processo, por mais democrático que ela tente ser e por mais aberta que seja, compromete a fundo o processo da sociedade, porque o modelo nada tem a ver com a vivência da população. Uma camada minúscula da população liga-se a esse outro mundo, fora do país e fora da perspectiva do cidadão normal da aldeia... e isso vira ideal de vida e de ascensão social.

RR — Como você interpreta isso? É como se o que tivesse vigorado durante tanto tempo permanecesse valorizado, mesmo que de forma subjacente?

JB — Parece, não é? Pelo menos no inconsciente dos líderes que ascenderam ao poder. O que levava a gente a se questionar muito: poxa, o que sobrou de todo o processo anterior? Falando assim, parece uma posição saudosista e puramente emocional... Mas tratava-se de um processo bonito, harmônico, em que você sente a sociedade se construindo, na sua medida, na proporção do que ela pode. É lindo, exatamente por isso.

...mas, e a construção do socialismo?

RR — Mas não se teve a oportunidade de propor outros caminhos?

JB — Aí se evidencia mais a força do esquemão. "O socialismo será construído através deste tipo de Estado, com este tipo de representação popular, com esta ideologia e com estes critérios para a seleção de quadros". O discurso é muito forte e vem bem escorado por uma idéia muito insistente: "construir um processo socialista, neste mundo ocupado pelo imperialismo capitalista, é uma coisa tão única, que o resto do mundo só pode estar contra nós...". Então desaparece toda a forma de crítica, toda chance de dissidência, porque tudo pode enfraquecer o processo. Essas coisas parecem estar plantadas como um poste, vem no meio de todos os processos de construção do socialismo. Todo aquele mundo de crítica, de discussão, de liberdade de pensamento e de expressão, que era tão vivo na guerrilha, desaparece em nome do fortalecimento do poder central e da garantia do processo revolucionário. Começa a surgir aquele elenco de coisas desagradáveis: não há mais liberdade de imprensa, as pessoas que nas reuniões nas aldeias, antes, diziam realmente o que pensavam, passam a ser muito mais cuidadosas. Tudo é submetido ao mito da unidade e as pessoas se mercenarizam. O problema mais sério, na minha opinião, é este: de um lado, há o autoritarismo próprio do Estado — uma pesada estrutura que cai por cima das pessoas e tenta fazê-las crer que é uma estrutura delas e para elas. Por outro lado, as pessoas acabam convencendo-se disso, aceitando e entrando no jogo: integrar-se o máximo possível, como única chance de melhorar na vida... O clima das reuniões populares se oficializa, com o ministro — ou seu preposto — chegando em carro de luxo, cercado de esquema de segurança, falando difícil. As pessoas não dizem mais o que pensam, mas se preocupam em saber "o que querem que eu diga?". Todo mundo se cuida para não dar mancada. Pois de outra forma, como poderão depois pleitear um emprego, um favor, uma bolsa de estudos?

É um momento em que acontece muita coisa: deixa-se o modelo rural da guerrilha e entra-se num modelo muito mais urbano, com sabor de "mais civilizado". A tendência das pessoas é sair das aldeias, porque a aldeia não dá mais futuro. As coisas estão acontecendo na cidade. De fato, na cidade estão discutindo como o país será industrializado, como será o socialismo. É curioso isso, mas em todos os casos de socialização no 3º Mundo, o primeiro apelo é sempre industrialista, desenvolvimentista. Nunca encontrei, nem como promessa teórica, uma tentativa honesta, por parte de uma vanguarda de país pobre, de construção de uma democracia pobre de camponeses pobres. O que teria sido a saída mais lógica e viável para a Guiné-Bissau. Mas não, a tendência era a industrialização, mesmo se esta tomasse o caráter mais idiota e surrealista imaginável. São inúmeros os exemplos: implantar uma linha de montagem de jipes Citroen, onde o único componente nacional

era o ar dos pneus... e por aí dezenas de outros exemplos horrocos. O mais grave de tudo é que, num clima de euforia pós-revolucionária, não há mais lugar para discordância. Todo "não" vira dissidência. Toda tentativa de questionamento vira fracionismo e todo protesto vira traição. E nesse sentido, o arsenal "marxista-leninista" de mitos de autopreservação é de uma criatividade de fazer inveja a qualquer ditadura. Só que a gente nunca diz isso alto: pruridos da solidariedade internacional da esquerda, não é?

Sei que o terreno neste ponto fica meio escorregadio, mas já estamos todos grandinhos para enfrentar algumas evidências. Vou dar dois exemplos bem simples que ilustram esse desastre "industrialista" apoiado pelo mito da unidade do Estado. O primeiro foi o conflito surgido em torno do programa de alfabetização popular que foi, involuntariamente, provocado por Paulo Freire. A proposta levantada por Paulo Freire era de que a alfabetização deveria ser feita na língua materna, ou, o que era o caso, na língua mais próxima à língua materna — no caso da Guiné, o crioulo. O governo guineense jamais aceitou a idéia. Para ele, a alfabetização tinha que ser em português, e em português "correcto", português de Portugal; o "brasileiro" já era híbrido demais e fajuto. O argumento era: não podemos adotar uma língua africana, pois isso nos isolaria do resto do mundo. Perpetua-se, com essa escolha, a presença do colonizador... O outro exemplo: a intervenção na agricultura. A idéia era coletivizar a toque de caixa, como solução para a produção de excedentes. Uma enorme violência ao caráter de subsistência da agricultura africana, e uma idéia parecidíssima com todas as medidas anteriormente tomadas pelos colonialistas portugueses. A idéia da "grande produção" está ligada, na cabeça do camponês africano, à necessidade de produzir para pagar o imposto colonial, e produzir coisas que nada têm a ver com os hábitos locais.

Num grande projeto de desenvolvimento regional, pelo qual eu tinha responsabilidade de supervisão, a primeira coisa que se fez foi introduzir sementes selecionadas de arroz, de ciclo curto, visando uma produção maior e imediata. A desculpa era: acabamos de sair da guerra e o país não tem comida. Um argumento até real. Mas por trás do argumento estava outra coisa muito mais grave: os camponeses tinham que alimentar a "civilização" urbana que estava surgindo. Havia toda uma burocracia urbana que tinha que poder comer. Então, toma semente selecionada, adubos, venenos... Num meio camponês absolutamente descapitalizado e profundamente conhecedor de técnicas milenares de produção local, com espécies locais. Os efeitos desastrosos são claros demais para se ficar repetindo: o camponês se torna absolutamen-

te dependente do Estado; torna-se vítima das surpresas desagradáveis que a "revolução verde" traz consigo: novas doenças e pragas e necessidade de mais "seleção" e de mais insumos.

E no topo da montanha de erros o erro imediatamente mais grave: um aumento de produção sem nenhum plano eficiente de escoamento para o mercado nas cidades. Resultado: o camponês é forçado a mudar seu modo de produzir, para ver a produção apodrecer ao lado de sua casa. O efeito de um erro desse tipo é evidente: desmobilização camponesa. Num clima onde a discussão virou tabu, inventa-se um novo termo para o fracasso do plano: sabotagem. Aí as pessoas começam a manifestar sentimentos de insatisfação, acompanhados de medo. Protesta-se, a boca pequena: "Não quero fazer assim, porque não acho certo..." "não entendo por que tenho que comprar sementes..." "estão aparecendo doenças estranhas nas plantações, e não sabemos como combatê-las"...

Surge, na mesma época, um outro problema: a mecanização da produção. Na nossa cabeça de ocidentais, quem dirige o trator é um homem. Quem faz agricultura, essencialmente, na África, é a mulher. Você já sentiu o drama. Ocorre uma enorme desestruturação da vida familiar, na medida em que a máquina entra no campo: faz um monte de trabalho, torna-se o personagem mais importante da história, e é entregue ao homem. A mulher acaba sendo relegada a outras tarefas "inferiores" e perde o trem que entra na "agricultura civilizada". Um desprezo completo pela situação local, pela tradição e até mesmo pelos limites objetivos da conjuntura. A festa é até grande, enquanto o trator funciona e há combustível... mas um dia o motor nega fogo e "falta peça", falta mecânico, falta dinheiro... falta tudo e o esquema anterior foi desmobilizado e desmoralizado.

... e surge a classe dirigente da sociedade sem classes

JB — Não se trata de encarar esses erros de política como se fossem o fim do mundo, mas é importante ver como a ausência de discussão e o desconhecimento da situação local acabam virando a plataforma sobre a qual um grupo no poder passa a exercer uma liderança em que prima a incompetência. Você associe a isso o processo de ascensão social do grupo que, no primeiro momento, subiu ao poder, e o cardápio está pronto. Esse grupo tenderá a perpetuar-se no poder e será, internacionalmente, muito apoiado. Um país recém-independente, saído de uma guerra glorio-

sa e empenhado num processo de socialização, é solicitado pelas esquerdas do mundo todo e torna-se objeto de conferências, reuniões e congressos. A elite do poder transforma-se em elite viajante. Os dirigentes do país passam a ser encontrados mais frequentemente no aeroporto, entrando ou saindo do país. Fica cada vez mais difícil encontrá-los em seus postos de trabalho, e mais difícil ainda encontrá-los trabalhando com o povo. Cresce uma distância cada vez maior e mais intransponível entre poder e povo. Na Guiné, as pessoas murmuravam nas ruas coisas desse tipo: "Fulano, ou fulana, agora entrou para o grupo da balalaica". Balalaica é o terno Mao Tsé-Tung, muito apreciado pelos novos executivos africanos. "Nós continuamos aqui, no grupo do pano", isto é, embrulhados em panos, ou mesmo sem, como todo o povo...

RR — E por que foi que os diferentes grupos que participaram da guerrilha não reagiram a essa situação? Por fastio, desilusão, por medo de repressão? O que houve?

JB — Desilusão e desânimo, é a primeira reação. As pessoas começam a desacreditar do processo, e isto é muito rápido.

"Como é mesmo? Durante 11 anos fomos conclamados a brigar, para expulsar os portugueses. Conseguimos. Acharmos que agora é hora de descansar e tentar viver um pouco melhor. E agora vêm dizer que somos responsáveis pela construção do socialismo e que isso vai exigir muitos sacrifícios..."

O socialismo é um discurso que vem de fora, de muito longe. E além do mais, o discurso era muito estereotipado: construção do socialismo científico, materialismo histórico, curso da história, etc. Categorias muito estranhas à vida da população. A resposta é permanecer distante e indiferente, pois é muito complicado fazer oposição ao bloco do poder. "O camponês, terminada a revolução, volta para cavucar a terra", comenta Fanon. E com um gosto azedo na boca de ter conquistado uma vitória sem glória. A vida no campo — passada a febre modernizante — continua a mesma de sempre. A cidade mudou: há mais bandeiras nas ruas e muitas efemérides a comemorar. É o avanço da cultura de desfile e das concentrações nos estádios, tudo suspeitamente semelhante ao socialismo da Europa Oriental: o proletariado marchando atrás de bandeiras nas datas magnas... Isso aconteceu muito rápido nas ex-colônias portuguesas, uma "revolução cultural" muito sem pé nem cabeça.

RR — Será que o processo, no fundo, não foi levado privilegiando a tomada do aparelho de Estado? Sendo assim, isso feito, o que se poderia esperar como participação popular?

JB — Você pode interpretar de duas maneiras. De um lado, houve um processo de escalada do poder. Expulsar o colonizador e tomar o aparato do Estado, era o objetivo da guerra. O que me intriga é que, durante o processo de luta contra o colonizador, houve uma experiência extremamente eficiente de democracia de base, popular mesmo. Construída com muito talento, debaixo de riscos enormes. Expulso o colonizador, parece não ter havido ninguém com o talento e a coragem de empurrar o processo rumo à expansão dessa democracia de base ao resto do país e às novas estruturas do Estado. Ao contrário, o que surge é a impressão de que a guerrilha foi um momento experimental, provisório, enquanto que o Estado é uma situação permanente, oficial, estabelecida e que só deve ser preenchida. No momento em que o colonizador se retira, leva consigo todo o aparato administrativo. Os novos detentores do poder não pensaram, e isto é evidente, na possibilidade de introduzir um outro tipo de administração do Estado.

RR — Não se pensou no funcionamento do Estado? É isso?

JB — É uma coisa muito estranha. A idéia do Estado, me parece, foi muito reforçada pela presença soviética, pela presença cubana, mas também pela presença de nós todos, ocidentais de todas as tribos e nações.

E esta seria a segunda linha de interpretação. Chegamos todos, vindos de estados muito organizados e estruturados. O modelo que existia então era mesmo esse. A aspiração dos dirigentes, no sufoco da tomada do poder e da necessidade de "fazer o país funcionar", era criar um país igualzinho aos nossos, com os mesmos ministérios, diretores, secretários e burocratas. A mesma organização estatal. Aí, a ruptura com o processo anterior é muito clara.

Mas esta é uma explicação fácil demais, voluntarista demais. Penso que as coisas devem ser procuradas mais fundo. Todos os processos de construção do socialismo passam, necessariamente, pelo Estado. O Estado como estrutura a ser gradualmente destruída e substituída pelo comunismo... é a principal pedra no sapato dos países do bloco do "socialismo real"; onde o Estado, em todos esses anos, conseguiu estruturar-se de modo cada vez mais forte, presente, burocrático e castrativo. Estados cada vez mais solenes e distantes de qualquer perspectiva de democracia popular.

No caso dos países recém-independentes na África, o diagnóstico é evidente, embora muito frustrante e duro de engolir: a partir da tomada do aparato estatal, os ideais que alimentaram essa tomada foram relegados a um plano imensamente distante. É uma contradição violenta demais para ser silenciada: generaliza-se a censura, as cadeias estão superpovoadas, a repressão é onipresente. O clima social é, na melhor das hipóteses, de cuidado, mas em geral é de medo mesmo, de grande mal-estar. A população, antes tão presente, se retrai. A política se fecha nos palácios, na orla marítima. O povo volta para o interior e soleniza seus contatos com os dirigentes.

Num tal contexto, não é de se admirar que um tal Estado não consiga reestruturar o país e administrar a contento. Surgem então os graves problemas de abastecimento, de quebra da estrutura do comércio interno, fome, carência. Então a cidade se lembra do campo: é ritual a saída dos "urbanos" para o interior, a procura de conhecidos e parentes, que lhes possam fornecer algum alimento: "estão chegando as formigas de Bissau", era o recado que passava pelas aldeias, quando os carros vindos da cidade estacionavam na estrada.

RR — As formigas eram os próprios africanos?

JB — Principalmente os africanos. É uma ilustração muito clara do que Fanon chamava de "burguesia inútil das cidades africanas". Retirando, hoje, do campo o resultado do trabalho do camponês, numa pilhagem muito mais nociva que a pilhagem colonial. É uma relação completamente perturbada e caótica. Para o Estado e para as populações urbanas, o camponês virou um mero fornecedor informal de comida para a sobrevivência da sociedade, sem que se pense na sua posição no quadro geral do país...

Parece que, desde 1917 até agora, as experiências socialistas todas acabaram por pensar o Estado de maneira absolutamente uniforme, independente de data, lugar, conjuntura e "material humano" presente.

RR — E as consequências acabam sendo desastrosas.

JB — Pois é. E é trágica a argumentação toda que fundamenta esta posição. Primeiro se mete na cabeça que se está fazendo uma experiência única no mundo e que o resto do mundo está

contra, naturalmente. Então passa-se a lutar contra o resto do mundo. Não foi esta a principal justificativa do stalinismo? E é este o argumento que explica, até hoje, a falta de liberdade característica dos países de assinatura socialista. Era assim também que eu justificava as coisas na África: as famosas razões de Estado e a defesa da Revolução. De repente, você acorda com o excesso de barulho e se pergunta: mas revolução de quem? para quem? como é mesmo essa história?

É claro que existem forças externas tentando minar os processos anticapitalistas, seria ingênuo ignorar isso. Mas fica difícil é engolir o "inimigo externo" como o causador exclusivo de todos os atropelos — e os atropelos na maioria das vezes eram muito graves. Este "inimigo externo" surge então com uma força e um desempenho que não tem, ou pelo menos não deveria ter, se os processos internos fossem conduzidos com mais honestidade em relação à situação das aspirações do grosso da população. Nesse ponto fica extremamente difícil trabalhar com os governos empenhados na construção do socialismo, em países pobres. Como colaborar na construção de uma identidade nacional, quando os próprios governos parecem estar muito mais envolvidos na execução de um determinado "catecismo internacional"? Numa situação em que as aspirações "internas" são sistematicamente reprimidas em nome de uma unidade em função do combate ao inimigo externo, desaparece qualquer base para a retomada do processo de participação popular. O unipartidarismo, o centralismo democrático e, principalmente, a inspiração dogmática comprometem profundamente as chances de sucesso das experiências novas.

A presença de soviéticos e cubanos, além de outros grupos socialistas, como conselheiros dos governantes africanos não consegue, infelizmente, ser muito diferente da presença de conselheiros franceses e ingleses por detrás de governos de opção declaradamente neocolonialista. Os últimos, por absurdo que pareça, parecem ter até mais chance de sucesso, pois gozam de um certo conhecimento do contexto social africano, acumulado pelo colonialismo. Conseguem, ao menos, situar-se melhor. Os socialistas, com a autoridade que o fatalismo histórico e geopolítico lhes dá, entram disparados num processo de mudança social que não conseguem entender e pelo qual não têm demonstrado possuir a menor afinidade. Acabam transformando-se numa presença burocrática. A maioria dos técnicos ocidentais vê na África uma boa chance de ganhar dinheiro e ao mesmo tempo de escapar temporariamente da situação pouco lírica de seus países de origem. Os cooperantes, vindos de países socialistas, estão tentando acumular pontos para melhorar seu "status" na burocracia dos partidos

de seus países. Seu referencial principal é a obediência ao Partido, o que no mínimo limita enormemente a sua capacidade de sentir e de criar com o povo... O efeito disso é que os processos de construção do socialismo na África correm o risco de se burocratizar muito mais rapidamente do que já foi burocratizado o socialismo real. A falta de identificação cultural, aliada à falta de afeição pelo processo africano, influi demais, na minha opinião, no acúmulo de erros perpetrados nas ex-colônias portuguesas, depois da independência. Sendo o mais grave desses erros a perda da participação efetiva das massas na criação de uma solução nova para a organização da sociedade.

RR — A burguesia africana, essa elite que está no poder, ela aceita a presença dos conselheiros socialistas e se identifica com eles?

JB — Tudo indica que sim, pois eles são a garantia de sua permanência no poder. A gente volta ao início da nossa conversa. Fanon, criticando a falência do Senegal e da Guiné-Conakry, afirmava que os dirigentes perderam a noção de sua missão histórica — por isso ele os classifica de burguesia inútil, incapaz até mesmo de servir de ponte para que a população possa entender a luta de dominação, vinda do exterior, de que é vítima. Os governos pró-capitalistas entregam-se ao imperialismo ocidental e abrem o continente à exploração desenfreada que todos conhecemos. Os novos governos socialistas parecem cometer a mesma falta fundamental, pois proclamam a necessidade de independência ao mesmo tempo em que se fecham no círculo da obediência quase cega a um modelo de mudança que acaba lhes sendo imposto de fora. É um pouco como sair do espeto para cair na brasa, em termos de identidade nacional e de independência.

O desencanto da população perante os processos atuais é um problema gravíssimo: perde-se a esperança de que o povo possa mudar o curso de sua vida. As pessoas desacreditam. E não há nada mais desmobilizante que uma revolução falida. A tomada do poder não é a revolução, mesmo que o poder atual use um jargão revolucionário. É uma discussão que está aí, na ordem do dia. É a famosa discussão sobre o socialismo real. Não existe, atualmente, nenhum país de opção socialista sobre o qual eu diria com tranqüilidade: eu queria morar lá. Para mim este é um teste muito sério.

Refletir sobre a experiência recente dos países africanos parece-me uma coisa muito útil. Aliás, seria importante refletir muito

sobre os caminhos que o processo social vai tomando em todos os países onde houve um avanço da esquerda. Seria muito bom saber mais sobre o que se passa realmente na Nicarágua, no Vietnã, no Cambodja, em todos esses países de acesso recente a uma linha socialista de construção do poder político. Infelizmente, a informação sobre esses processos caiu no esquema do “estamos construindo algo novo e todo mundo está contra nós”. Então, a informação veiculada é muito filtrada e demasiado gloriosa, ou maniqueísta. Acaba virando um discurso vazio, vago. Seria importante conhecer a experiência real desses países, os achados e perdidos de suas lutas políticas — que devem ser muito bravas. Quando se fala dessa necessidade, mesmo em meio militante mais aberto, as pessoas torcem o nariz ou se irritam e o argumento é sempre: não vale a pena, e você apenas vai trazer mais lenha para a fogueira da direita. O que, no fundo, é uma grande besteira e se constitui em uma jogada de poder autoritário. Mas o grave é que acabamos não aprendendo muito e nos satisfazemos com ficções. Acabamos ficando solidários com um sonho, em que anjos socialistas tentam mudar o mundo e são perseguidos por demônios capitalistas e reacionários. Qualquer pessoa minimamente articulada sabe que a vida não é assim. Minha impressão, em relação à situação africana, é que, aqui no Brasil, a informação chega bastante “angelizada”, enquanto que o material para refletir e aprender é muito rico. Aqui também estamos vivendo um processo de avanço da participação de amplas camadas do povo na luta política: aspira-se a uma democracia popular, fala-se do socialismo como caminho... quer dizer, há tudo para se esperar um confronto mais realista com outros processos, para não transformar o nosso próprio num sonho romântico.

RR — Você começou falando da Guiné-Bissau, mas em vários pontos fez referência a outros países. Você diria que as lutas africanas constituíram, para você, um aprendizado?

JB — Fiquei muito na Guiné porque considero o processo de luta, lá, anterior à tomada do poder, muito rico. Na Guiné a construção de alternativas locais ao poder colonial foi muito longe, e sofreu depois o retrocesso violento que eu tentei mostrar. Angola e Moçambique também tiveram processos muito semelhantes.

Veja, por exemplo, a situação de algumas instituições de luta social em Angola. O país tinha uma estrutura industrial muito mais desenvolvida que as outras colônias portuguesas. Por isso, dispunha também de uma estrutura sindical, necessariamente fascista e antidemocrática, atrelada ao poder salazarista, etc. Pois nos

dois anos que precederam a independência esse sindicalismo urbano desempenhou um papel muito importante na mobilização da população e na intensificação da luta nas cidades.

O sindicalismo entra num processo de renovação: os trabalhadores angolanos descobrem o caminho da greve, a luta pelo direito do trabalho e descobrem, principalmente, a sua força política. São incontáveis os choques entre o sindicato e o poder colonial, com reflexos muito positivos no estímulo à criação de um poder popular, nos bairros populares das grandes cidades. No momento da tomada do poder, havia todos os ingredientes presentes para se tentar criar uma solução local nova para o relacionamento cidade e campo, através do encontro da guerrilha com os sindicalistas e militantes dos bairros. No entanto, a primeira medida que se toma é a submissão completa do sindicalismo ao novo poder político.

Quer dizer, reforça-se o atrelamento ao Estado. O argumento é conhecido: "O Estado representa o poder proletário, o sindicato é porta-voz desse poder". Identifica-se tudo numa grande linguagem ideológica: o poder do trabalhador é expresso no Partido, o sindicato é um mero departamento do Partido e o povo entra para o Partido para obedecer mais de perto... Está feita a tomada do poder pelo povo. A concatenação de armadilhas, por detrás de um tal raciocínio, é muito evidente, e o fim da linha é imediato: o Poder está aí, respeitem-no. Para quem quer funcionar bem, dentro desse quadro, oferecem-se cursos, treinamentos e posição. Profissionaliza-se o dirigente sindical, o dirigente popular. Para facilitar esse processo de profissionalização, é feito um loteamento entre os países amigos: os alemães da República Democrática da Alemanha ajudam na formação dos educadores, o Partido Comunista Português cuida do movimento sindical, os cubanos cuidam do exército, e assim por diante. Cada instituição acaba recebendo uma ligação com suas semelhantes num desses países.

Os melhores elementos locais são contemplados com bolsas de estudos nos países amigos e vão lá ver de perto a matriz que terão que implantar em seu próprio país. No fundo um esquema de dominação muito pouco diferente do anterior.

E a gente no meio de tudo isso — no fim dos anos 70 — contra a ditadura militar no Brasil e ajudando a implantar um processo igualmente ditatorial. No início você procura se tranquilizar e inventar cabides teóricos para uso pessoal: "é inevitável, o processo local é um processo retardado de desenvolvimento, por isso certas estruturas devem ser empurradas com mais velo-

cidade, sem muito tempo para discussões democráticas". Você se descobre justificando o sufocamento do processo democrático pela imprensa, pela vontade de ver o mundo mudar mais depressa. Mas descobre também que está até curtindo a nova posição de poder, devidamente justificado pela nobreza da meta final. Eu queria evitar essa declaração, mas vou fazê-la, a título de confissão pessoal: a gente descobre o próprio autoritarismo e a própria arrogância — "eu, classe média, mais ou menos alfabetizado, sei de tudo melhor do que todos, por isso: ouçam-me!". Então você percebe que está ajudando a jogar mais uma pá de cal na vala comum das esperanças das massas, e está ajudando a matar a esperança do mundo.

Tudo isso soa muito patético, desculpe. Mas a situação é essa. Para mim, foi preciso encarar essa necessidade de ser crítico diante de toda forma de poder, para redescobrir o valor e a necessidade de continuar brigando por espaço e por tempo, para que as iniciativas populares sejam realmente populares. E é mais difícil criticar um poder simpático — ideologicamente simpático — onde muitos amigos estão montados em posições de mando.

RR — Você descreve um impasse. Você vê uma saída para esse impasse?

JB — Você está pedindo luz no fim do túnel? Eu acho que a situação é mais de equívoco do que de impasse. Claro que há saída, mas é preciso, antes, reconhecer que houve erros, que foram cometidas muitas besteiras. E é preciso ter a coragem de avaliar como essas burradas custaram caro.

Neste momento, por exemplo, em Moçambique, o governo está tentando, de maneira muito honesta, corrigir certos erros. Estão sendo encorajadas experiências de retomada da ativação das populações, em moldes pouco dogmáticos, com muita liberdade de iniciativa, etc. Chegou-se a isso depois de se constatar que tudo estava quebrado e que a população está morrendo de fome. Dou este exemplo de propósito, porque Moçambique, logo depois da independência, entrou desabalado no processo de coletivização da agricultura e de massificação do Partido. O Estado impôs, e nem sempre de maneira amena, a coletivização da produção: investiu tudo o que tinha e o que recebeu da cooperação internacional nesse processo.

Jogou todo o prestígio dos dirigentes na tarefa de organizar o Partido, centralista, hierarquizado, extremamente autoritário e

moralista. As fazendas coletivas se multiplicaram — também entregues à colaboração de técnicos romenos, búlgaros, soviéticos, alemães, ou ocidentais de opção socialista.

A preocupação do Estado era organizar a produção de outra forma. A mentalidade era: aqui vamos produzir milho, ali mandioca, lá arroz... no fim é posto em comum, pelo Estado, que organiza o processo de comercialização. O ideal socialista, tomado ao pé da letra e de maneira obstinada. Claro que não deu certo. Os técnicos não conheciam a realidade local, não tinham experiência africana. O povo ia trabalhar obrigado, sem perceber direito onde se queria chegar. Em dez anos, constatou-se que o processo nada rendera, desestruturara a tradição de agricultura de subsistência. Quando o governo moçambicano decidiu reformular essa política, abriu-se a possibilidade e a necessidade de contatar novamente a população, nas regiões e nas aldeias, em busca das famosas soluções locais. Lembro-me de contatos que fiz com camponeses no extremo norte do país: as aldeias quase desertas, as pessoas se escondendo, porque já não tinham roupas, todas muito magras e desanimadas. Quando se perguntava pelo que estavam fazendo, a resposta vinha acompanhada de imensa ironia: “estou sentado, de beleza!”. Isto é, não estou fazendo nada nesta vida, exceto produzir para mim e para minha família. Pelo resto nem um centavo para comprar, por exemplo, o que não se produzia. Os mercados nas cidades, completamente vazios, a estrutura urbana completamente desarticulada. E para cúmulo da desgraça, a vizinhança com a África do Sul, que financia um poderoso movimento de guerrilha contra o governo e alimenta suas fileiras com mercenários portugueses e europeus, mas também com um grande contingente de moçambicanos insatisfeitos e mesmo “raivosos”.

RR — Por que se chegou até tão longe na desarticulação da sociedade e na incapacidade de compor uma ordem nova?

JB — Minha opinião é de que o Estado rompeu violenta e dogmaticamente com a tradição africana e percebe o erro num momento em que o caminho de volta é muito difícil. Diante disso, a proposta atual é tentar voltar ao tipo de produção pré-colonial: estimular a reconstrução da vida da população a partir do que ela fazia, antes da chegada do colonizador e antes do trauma coletivista. Recuperar as artes e ofícios “antigos”, as relações sociais “antigas”, as estratégias de sobrevivência “antigas”. Enfim, procurar o que mais convém, num momento em que a economia do país está de rastros, tentando evitar toda forma de dependência permanente, das ajudas de fora e dos palpites de fora. Voltar à

unidade entre estilo de vida do povo e modo de produção. Recuperar o dinamismo da sociedade africana tradicional e partir, novamente, em busca de um aperfeiçoamento e de mudanças.

Voltamos exatamente ao início da nossa conversa. Foi exatamente a partir daí que Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau, partiu para a luta pela transformação do país. Só que o caminho agora é bem mais difícil, pois se tem que levar em conta a desilusão das massas populares, seu ressentimento justo e sua mais que justa desconfiança em relação ao desempenho dos dirigentes e de seus amigos. O processo será muito mais lento do que teria sido necessário, se desde o início os dogmas tivessem sido um pouco mais relativizados e a nossa “sabedoria” tivesse sabido se comportar com mais modéstia.

Angola: poder popular e estado

Entrevista com *Valdir Carlos Sarapu*



ANGOLA — Torna-se independente em 11 de novembro de 1975, pouco mais de um ano após a queda do regime salazarista em 25 de abril de 1974. O MFA — Movimento das Forças Armadas colaborou decisivamente no processo de independência, onde três facções politicamente antagônicas lutavam separadamente pela expulsão da presença colonial (MPLA/FLNA/UNITA).

O atual regime de governo é marxista-leninista de partido único. Até hoje o país enfrenta a guerrilha da Unita, apoiada pela África do Sul e EUA.

Angola faz fronteiras com Congo e República do Zaire (norte), Zâmbia e Zaire (a leste) e Namíbia (ao sul). Tem uma superfície de 1.276.700 km². Sua população é de 8.970.000 habitantes.

Capital: Luanda.

Principais produtos: petróleo bruto e derivados, diamantes, café e pesca.

Regina Rocha — No seu trabalho “Poder popular e Cooperativas em Angola”¹ você analisa um processo de luta. Tomando as situações concretas em que este processo se desenvolveu, você mostra as relações de poder existentes no momento em que se luta pela libertação e, ainda, o exercício do poder no momento em que se busca institucionalizar uma nova ordem. Eu acho importante que se possa conhecer esta sua experiência e a sua reflexão sobre o processo angolano. Gostaria, então, que você falasse sobre como surgiu o movimento chamado Poder Popular, sobre a experiência de cooperativas — muito ligada a esse Poder Popular, no seu início, apresentando uma proposta de autonomia e autogestão — e também quais foram, posteriormente, as relações que se estabeleceram entre essas experiências e o Estado que se implantava.

Valdir Sarapu — Eu queria, antes de mais nada, fazer uma espécie de preâmbulo. Primeiro, deixar bem claro que essa experiência se passou na África — uma realidade bem distinta da nossa realidade brasileira e bem distinta também de outras realidades que a gente vivenciou na Europa. Portanto, um mundo particular. Enquanto experiência de vida, enquanto luta de libertação, não pode ser transplantada. Isso tem que ser bem frisado. Uma segunda questão, é que eu não sou nenhum “africanista”. Eu não tenho pretensão de querer explicar a África, de explicar aquilo que vivenciei lá. Não me sinto em condições de desempenhar esse papel e, inclusive, acho difícil que alguém que tenha tido uma formação acadêmica fora da África, e mesmo uma vida fora da África, possa entender com mais profundidade o que é o continente africano e o que se passa lá. Eu faço questão de ressaltar isso.

A minha experiência em Angola se deu em momentos históricos muito particulares: estavam se esfacelando quase 500 anos de colonização portuguesa, e por isso mesmo estava nascendo um novo Estado Nacional no continente africano. Eu vivi também as dores deste parto, próprio de uma nação que surge.

A luta de libertação foi longa, evidentemente. Ela deve ter começado a partir do momento em que o primeiro português pisou em solo angolano. Portanto, ela não começou a partir de 25 de abril², no momento em que em Angola — e particularmente em Luanda — as coisas ficaram mais fáceis em função dos acontecimentos em Portugal. Até então o que havia era uma repressão policial e uma luta clandestina desenvolvida pelos chamados movimen-

(1) “‘Pouvoir Populaire’ et Coopératives en Angola” — Paris, EHESS, 1980 (mimeo.).

(2) 25 de abril de 1974 — data do levante militar em Lisboa que marcou o início da queda do longo regime ditatorial português.

tos de libertação. No meu trabalho eu, propositadamente, me esquitei de procurar analisar o que foi essa luta, como se desenvolveu, de dar uma explicação para os seus diversos momentos... Eu, propositadamente, comecei em cima do 25 de abril em Luanda, quando ali chegou a notícia de que havia acontecido um golpe militar em Lisboa que instaurou a chamada Revolução dos Cravos. Luanda recebeu aquela informação por jornal, e permaneceu tranqüila e como se nada aparentemente houvesse acontecido. Foi um período de perplexidade. Todos pareciam ter sido pegos de surpresa. Só depois, passados os primeiros dias, é que começam a aparecer as primeiras manifestações ou inquietações em face do que estava acontecendo em Lisboa. E é nesse período que, em Luanda, começa a se generalizar a discussão política sobre os acontecimentos em curso e começa a se colocar de maneira mais aberta o problema da independência. Até então a vida política se passava através dos movimentos armados — o MPLA, por exemplo, com seus focos de guerrilha, no interior — atuando em várias regiões. A luta pela independência se desenrolava de maneira concreta nas guerrilhas do interior. Ali é que se dava permanentemente a chamada guerra colonial. Em Luanda, ao contrário, a existência de um forte sistema de repressão montado (a famosa e temida PIDE), impedia qualquer tipo de trabalho político mais aberto contra a presença colonial portuguesa. Todos os trabalhos pela independência, nos centros urbanos, eram camuflados em atividades de natureza não-partidária. Esses trabalhos apareciam nos centros culturais, nas festas folclóricas, nas poesias... Produzia-se muita poesia. A alta direção do MPLA, por exemplo, era uma direção de poetas. Através da poesia aqueles dirigentes expressavam as suas sensibilidades e, também, era um meio de passar mensagens com suas aspirações políticas, sobretudo a idéia do nacionalismo. O número de poetas chamava a atenção em Luanda. Boa parte deles fazia parte dos quadros do MPLA. E a poesia era muito popular.

RR — Isso estava próximo da cultura angolana, a poesia como meio de expressão?

VS — Eu não sei se consigo entender bem o porquê de tantos poetas. Talvez na falta de outros meios de comunicação — as rádios censuradas, não havia televisão, as publicações eram muito restritas — a poesia tenha sido o veículo utilizado pelos angolanos para transmitir emoções e posições. Havia uma grande receptividade por parte da população. No entanto, depois de 25 de abril diminuiu muito a produção de poesias! E aconteceu uma coisa interessante. O período de 25 de abril até a independência, em Angola, foi um período extremamente musical. Apareceram uma quantidade

de enorme de canções, inclusive musicalmente do agrado popular. Foi um período muito rico de criação musical. As poesias passaram para um segundo plano, mas a força da música como fator de mobilização e de tocar as emoções foi muito evidente. Os temas das canções convocavam a população para a mobilização, para a participação na luta contra os portugueses. Elas descreviam e falavam de heróis que surgiram na luta armada e eram compostas com rapidez em cima dos acontecimentos que se desenrolavam no dia-a-dia. Tinham uma aceitação muito grande por parte da população. Tanto que mesmo aquelas músicas as mais trágicas — algumas, por exemplo, descreviam massacres — eram tocadas em bailinhos e, muitas vezes, eu vi o pessoal dançando, à meia luz, ao som destas músicas! Então, acabaram-se as poesias e começaram as músicas. Mas depois da independência não vi mais músicas! Ou pelo menos as músicas que apareceram já não tinham mais aquela força emocional do período que precedeu a independência.

A ruptura da dominação colonial: o retorno das caravelas

RR — Como se deu, no cotidiano, a luta de libertação?

VS — Em meados de 1974, quando se coloca de maneira mais intensa a questão da independência, Luanda, como centro urbano mais importante de Angola, se constitui em um ponto vital no embate político que envolve todo o país. O espaço urbano luanense, onde conviviam portugueses e angolanos em um sistema colonial, se caracteriza por uma profunda divisão: a “cidade do asfalto”, branca, à beira-mar, européia; e os “musseques” (favelas) de terra batida, com miseráveis barracos empilhados, habitados — na sua quase totalidade — por angolanos. A partir de 25 de abril, as tensões que sempre existiram entre colonos e colonizados se acirraram. E essas tensões acabam desembocando no assassinato de um angolano, em uma mesa de bar, de uma favela de Luanda. Por ironia, esse crime tem todos os elementos típicos do mais brutal estilo colonial. Em fim de tarde, em conversa de bar, um angolano criticava a PIDE — polícia de repressão política — pelos desmandos praticados, pelas torturas. O português, dono do bar, resolveu entrar em defesa da PIDE. O bate-boca evoluiu, outros começaram a participar da discussão. Como a maioria ali era angolana, o português se viu ameaçado e, acostumado a tratar os angolanos com violência, sacou de uma arma e matou à queima-roupa o seu interlocutor. Esse cidadão assassinado virou um herói nacional e exemplo vivo da violência colonialista. Em

um outro momento histórico, o fato passaria até despercebido, ou melhor, seria censurado. Mas esse angolano passou a ser a primeira vítima do embate que estava sendo armado entre a população luandense e aqueles que representavam a presença colonial. Toda a cidade ficou sensibilizada pelo fato, sobretudo a comunidade africana. O crime e a vítima tornaram-se símbolos na escalada de tensão social que se seguiu. A vítima tornou-se um mártir e a natureza do crime um exemplo flagrante da conduta colonialista.

No meu ponto de vista, esse episódio é que vai dar início à rebelião popular em Luanda, ou pelo menos preparar o espírito de todos para os combates que se seguiram.

RR — Você privilegia, como um marco, esse assassinato. Além de mostrar o contexto de tensão que dominava nas relações africanos e europeus, você estaria querendo indicar que a luta se passava em diferentes frentes?

VS — Sem dúvida. Não se pode esquecer que o povo luandense acumula, ao mesmo tempo, a condição de trabalhador, de negro, de habitante das favelas e a de colonizado. Eu tentei jogar com todos esses elementos que estão presentes no homem angolano e que em última instância irá determinar o seu comportamento cotidiano. Ele é um negro — não somente pela cor da pele, mas no sentido de que é um africano. Quer dizer, com toda uma cultura que lhe é própria pelo fato de ser africano, pelo fato de ser explorado, de morar mal, de conviver e suportar a dominação estrangeira branca. Tudo isto se junta, neste momento, em uma posição anti-presença portuguesa. O assassinato faz com que as relações entre as comunidades brancas e negras se tornem um conflito aberto, através do qual se coloca em causa a presença colonial. O que se seguiu a este assassinato, a escalada das chamadas “confrontações”, teve a participação de todo mundo: mulheres, crianças (sobretudo), jovens, velhos, todo mundo comprometeu-se com o que se designou de “luta popular”. A população africana dos subúrbios passa a “acertar” suas contas com os comerciantes portugueses. Esses comerciantes, que detinham o monopólio do abastecimento dos gêneros alimentícios, infringiam ao angolano uma relação de dependência cotidiana, que compreendia em alguns casos, inclusive, a venda da água que os habitantes dos musseques tinham necessidade de consumir. Eles constituíam a presença palpável e cotidiana do colonialismo. Daí terem sido, esses comerciantes e seus estabelecimentos nos musseques, o alvo principal desta rebelião popular. Os estabelecimentos comerciais dos portugueses nos bairros são destruídos e tomados por seus habitantes.

RR — Vou retomar alguns dados da História. Como consequência do 25 de abril, os três movimentos de liberação que lutavam há tempos pela independência e que estavam engajados na luta armada (MPLA, FNLA, UNITA) se reuniram, representando a nação angolana, com autoridades portuguesas em Alvor (Portugal). O objetivo era estabelecer, de comum acordo, os procedimentos e o calendário para a independência. Pelo Tratado firmado, Portugal assume o compromisso formal da descolonização e é fixada a data da independência. O compromisso de Portugal era entregar Angola a uma coalizão destes três principais movimentos. Os três assinam o Tratado e, logo em seguida, tentam aumentar a sua influência na cena política, o que resulta na intensificação da guerra civil. Assim, o Tratado de Alvor, salvo no que concerne à data da independência, é letra morta, algo formal, diante das forças vivas então atuantes em Angola. Por que, então, o Tratado?

VS — No meu entender foi uma tática estabelecida entre os três Movimentos para conseguir de Portugal a formalização da concessão da independência. No momento em que isso se dá, a independência passa a ser uma luta de poder das forças internas. Tratava-se de saber quem teria os meios para se afirmar como força hegemônica na data marcada para retirada dos portugueses. Daí, então, a única razão da guerra civil. E por causa dela a sociedade se desestrutura, por completo. A população civil portuguesa fica como observadora, apavorada, dentro desses acontecimentos. A luta era entre os próprios angolanos. A população angolana se envolveu por inteira nesta guerra. Os jovens iam para a guerra, que se desenrolava nos quarteirões, entre bairros, como se fossem ao cinema. De repente, o pessoal convocava os “militares”, ou seja, os guerrilheiros urbanos: “olha, vamos fazer um ataque contra aquele comitê do FNLA porque lá aconteceu isso ou aquilo...” Iam lá, faziam a “guerra” e voltavam para casa. Este foi o cotidiano militar de Luanda no período chamado das “confrontações”. Ia-se para a “guerra” como podia estar-se indo para um outro compromisso social qualquer. Eles, os jovens guerrilheiros urbanos, não faziam parte do MPLA, no sentido que nós damos a um militante. Mesmo porque o MPLA era uma força pequena até à época das confrontações e não tinha tido tempo de dar uma estrutura orgânica às suas forças. De repente, passou-se a ser do MPLA ou contra o MPLA como se é torcedor de um determinado clube de futebol ou de outro.

RR — Isso aparece depois de ter sido firmado o Tratado de Alvor?

VS — Sim, depois. Com o tratado de Alvor, Portugal lavou as mãos diante das contradições entre os angolanos. Com ele passou-

se a ter liberdade de fazer política em Angola. No momento em que isto aconteceu, as condições para que existisse a explosão também aconteceram. E a luta pelo poder entre as três facções em Luanda se deu aonde? Não aonde habitava a maioria da população branca, a cidade do asfalto, em Luanda. Ela se deu nas favelas onde residiam os agrupamentos africanos, oriundos das mais diversas regiões do interior angolano. Ali se passou a guerra em Luanda. E, com ela, se desestruturou por completo o sistema de comercialização estabelecido, o sistema produtivo, o sistema de transporte, a educação, saúde... Tudo foi afetado. A raridade dos produtos alimentícios, a ausência de transportes, a supressão de numerosos pontos de abastecimento, trouxeram uma brutal modificação na vida cotidiana da população. O fenômeno era coletivo e abrangia todo o conjunto urbano. Aparecem as enormes filas para as compras, as horas de espera pelo transporte... Com isso, reduz-se o número de trabalhadores nos locais de trabalho; o absentismo ao trabalho tornou-se um problema sério, colaborando espantosamente com a queda da produção. Por outro lado, há uma grande inquietação dos patrões e empresários: as fábricas são vizinhas dos musseques, palco dos conflitos e foco de irradiação das ações iradas contra tudo o que podia ser português ou "cheirar" a colonialismo. Esta apreensão era bem pertinente na época, pois os ânimos coletivos estavam exaltados. Mas na verdade o que acontece, neste caso, é que os trabalhadores mesmo preservam os seus locais de trabalho, pondo a salvo dos riscos os bens patrimoniais e produtivos das indústrias.

Enfim, no meio da população civil existia um clima generalizado de pânico e incerteza. Boa parte da população africana deixou Luanda em direção às suas regiões de origem. Houve a saída maciça de portugueses em direção à metrópole, sob forma de debandada, quando os conflitos armados são mais intensos. A corrida da população branca, sobretudo em Luanda, de uma forma atabalhoada, desesperada, foi muito mais em função da guerra civil do que propriamente da ofensiva da população angolana contra a presença dos portugueses. A imagem que eu carrego daquela época é a de um formigueiro que foi remexido por uma varetinha e formigas correm para todos os lados desordenadas. Foi isso que aconteceu, no momento da quebra da velha ordem de dominação colonial.

E a idéia de Poder Popular, o conceito de Poder Popular, surgiu exatamente nesse contexto.

O surgimento do Poder Popular: a ilusão passageira

RR — Como é que nasce o Poder Popular?

VS — O conceito de Poder Popular surgiu em Portugal com a revolução de 25 de abril. Não sei bem que grupos ideológicos deram origem à organização desse movimento. Eram pequenas forças, não ligadas e comprometidas com os partidos das esquerdas tradicionais que tinham uma visão populista-revolucionária de reestruturação da sociedade

Em Angola, o Poder Popular foi um movimento de caráter popular que deitou raízes na população de Luanda, recentemente urbanizada nos musseques. Esse movimento, sem dúvida, se constituiu no meio através do qual a população em dinâmica de revolta pôde enunciar — de uma maneira ainda pouco clara para ela mesma — sua aspiração a uma abertura libertária. Os grilhões estavam se rompendo, revoltava-se, respirava-se liberdade. Isso se dava no mesmo momento em que se desmoronavam as velhas imposições. A grande maioria da população que estava envolvida nas lutas, querendo, fazendo, participando, se identificava com esse movimento, reduzindo-o para sua compreensão à forma a mais simples: "o poder do povo".

O fato da luta direta da população ter se desenrolado no mesmo quadro insurrecional em que se desenvolvia a ação dos grupos organicamente organizados não quer dizer que tenha havido uma identidade entre as aspirações da massa popular, em sua luta espontânea e as expectativas desses grupos, que estavam interessados em lhes oferecer um projeto de utopia social.

Eu chamo de movimento espontâneo aquele que envolve toda a população e que provoca ações cotidianas que não são premeditadas. Claro que ele não é totalmente espontâneo. Dentro dele estavam as diversas facções do MPLA e outras forças também de esquerda que não se deixavam identificar, mas que estavam por trás de uma forma ou de outra: dando ordens, tomando iniciativas... E o movimento se dá em cima disso.

Os discursos do chamado Poder Popular vêm a calhar favoravelmente ao MPLA. É importante ressaltar, todavia, que o Poder Popular não era uma colocação deste Movimento. O MPLA era inclusive um bloco político heterogêneo: dele participavam inúmeras forças, tendências, categorias sociais e correntes políticas as mais diversas. Mas calha favoravelmente a ele porque na guerra civil

foi necessário fazer uma mobilização popular muito grande. A guerra foi feita envolvendo não só guerrilheiros — que, como já disse, eram jovens improvisados para entrar na guerra — mas, também, por mulheres, crianças, velhos. E as colocações do Poder Popular eram extremamente mobilizadoras, diretas. Apesar de serem simples tocavam profundamente a grande massa dos revoltados. Ora, não é difícil compreender que um povo, depois de centenas de anos de dominação, no momento em que ele se liberta, em que não há mais a existência de uma autoridade política superior — e por isso mesmo algumas forças organizadas disputam violentamente entre si para ocupar o lugar que será deixado pela retirada dos colonialistas — as afirmações do tipo “quem manda é o povo” têm um significado profundo na cabeça de cada uma das pessoas.

Aquela população marginalizada, habitantes de favelas, via nesse movimento uma real possibilidade de tomar conta dos destinos da sociedade. Se se tratava de uma ilusão ou sonho, isto é outra história. O Poder Popular, naquela euforia, significava que o angolano montaria as suas lojas, os seus armazéns, as suas cooperativas. E, em fantasias maiores, o Poder Popular permitiria que se tomasse conta das fábricas, que administrasse a Nação, o País que estava prestes a nascer. Enfim, impediria a dominação branca. Era desta forma que eu entendia como a população angolana, do menininho até o mais velho, via ou se identificava ou compreendia o que constituía o chamado Poder Popular. Em suma, aquilo não aconteceu via grandes discursos, grandes dissertações, grandes explicações do que era o Poder Popular. Era um movimento acontecendo. Uma energia coletiva em plena ação contestatória. Estava se derrubando os portugueses opressores, e de repente não haveria mais opressores, graças ao Poder Popular.

RR — Pode-se considerar também que o Poder Popular se defendia frente a qualquer autoridade, entendendo que isso poderia resultar em um novo tipo de coerção. Você consideraria o Poder Popular de Angola um movimento libertário?

VS — Acima de tudo. O país estava saindo de 500 anos de colonização. De repente, tem-se aquele momento de liberdade e qualquer projeto de organização social provoca um estado de desconfiância. Também, é preciso considerar que, ao mesmo tempo que o Poder Popular é o portador de um grande sentimento coletivo, ele se coloca e se descobre como uma alternativa de poder face à fraqueza do poder que tinha sido legitimado pelo Tratado de Alvor. Veja bem, o Poder Popular floresce no momento que se segue à extinção do poder colonial e antes que um novo poder nacio-

nal se constitua e se organize. Ele é um poder diluído na sociedade, muito mais do que organizado sob forma de uma instituição qualquer.

Entre os diversos grupos políticos existentes na época, inclusive o MPLA, viu-se passar uma intensa luta interna tentando disputar a direção e o controle deste vasto movimento popular; o objetivo destes grupos era reforçar as suas posições no contexto político de Luanda.

Mas o movimento tem um caráter contestatório em relação a todo e qualquer tipo de autoridade: instituições do Estado, partidos políticos, etc. Todas as organizações políticas que mantinham relações com ele são conscientes disso. Particularmente o MPLA que, talvez por isso mesmo, tomou sempre suas precauções para afastar do interior do Poder Popular todas as tendências que poderiam levá-lo a se tornar uma força autônoma.

RR — Como era a convivência do MPLA, ou das diferentes correntes dentro do MPLA, com o Poder Popular?

VS — No MPLA, há uma corrente que se identifica com o chamado Poder Popular, diz ser o próprio Poder Popular, começa a fazer teoria sobre o Poder Popular, começa a se colocar como ‘o’ representante de todo aquele movimento popular. Outras forças menores, que estão dentro do MPLA, se colocam também como representantes do Poder Popular. Disto resulta o início da disputa. Aí se coloca o problema do início do enquadramento e, também, das dificuldades de se enquadrar o movimento. Ora, é muito fácil, em uma situação particular, jogar o povão na rua, jogar para uma ação, mas outra coisa é começar a construir alguma coisa a partir da movimentação que foi feita. Não se faz uma revolução para manter um permanente estado de agitação, de mobilização. Mobilizava-se a população, como acontecia, ou a população sozinha, de moto próprio, resolvia atacar as vendas dos portugueses, botando fogo, saqueando... Terminada a ação constatava-se o quê? Não tinha mais rede de distribuição de alimentos naquela região. Onde se abastecer?

RR — Foi o que aconteceu em Luanda?

VS — Aconteceu. De repente, todos os bairros ficaram sem luz, sem água, sem comércio, sem saúde... Do dia para a noite foi desestruturada uma base anterior que até funcionava com uma certa eficiência. O português, com toda a exploração que praticava,

desempenhava o seu papel como comerciante e mantinha em funcionamento uma sólida rede de abastecimento. De repente, acabou-se tudo. E esse foi o grande problema vivido pela população local naqueles dias. Esse quadro impunha um fazer tudo de novo, de uma forma ou de outra. Dito de outra forma, se colocava o problema da institucionalização da revolução. De uma forma ou de outra isso tinha que ser feito. A questão que se colocava era como reordenar o país.

O início da institucionalização: pondo os pés no chão

Nesse processo de reordenação, começa a aparecer a necessidade de se entender o que era aquele chamado Poder Popular que tanto havia mobilizado a população nos momentos dos conflitos decisivos. Nessa ocasião, havia o esforço por parte de algumas correntes angolanas que, envolvidas nesse processo todo, procuravam ter uma coerência com a sua atuação no partido, o MPLA, e com o que eles pregavam nos discursos de mobilização. A "anarquia" ou espírito libertário fortemente embutido no interior do chamado Poder Popular, capitaneadas pelas lideranças do MPLA oriundas dos musseques (favelas), não tardou a entrar em choque com o pensamento escolástico, ordeiro, funcional, presente no interior do MPLA principalmente através de suas lideranças de formação acadêmica.

Mas foi após a data da independência (11/11/75) e com a constituição do primeiro governo nacional, sob a égide do MPLA, que a questão da institucionalização do poder Popular se colocou na ordem do dia. A primeira lei promulgada pelo Estado Independente de Angola (lei de fevereiro/76) tem por título: Lei do Poder Popular. Ela teve por objetivo tentar regulamentar as formas de organização populares e suas relações com o nascente aparelho de Estado. Enquadrar esse relacionamento era fundamental pois o Poder Popular se colocava acintosamente como sendo a antítese do "Poder do Palácio", numa clara referência ao governo oficial. Este jogo de "poderes" fatalmente acabou entrando em rota de colisão. Num primeiro momento o MPLA já no governo e com a responsabilidade do Estado nas mãos, buscou meios para enquadrar o chamado Poder Popular, institucionalizando-o, trazendo-o inclusive de forma depurada para o interior do próprio "Palácio"; ou seja, suas lideranças mais expressivas passaram a ocupar cargos de primeiro plano dentro do governo. Em seguida, começaram a se preparar abertamente para o conflito decisivo. No duelo entre as duas forças polarizadas, a corrente que se identificava com o

Poder Popular caiu em desgraça com uma frustrada tentativa de golpe de Estado militar, rapidamente sufocada pelas forças militares cubanas estacionadas em Angola. Deste momento em diante desapareceu de circulação a utilização do jargão Poder Popular e a corrente política que pretendia ser a sua expressão partidária passou a ser designada de fracionista.

Como os fracionistas foram derrotados, nós não tivemos a oportunidade histórica de saber como é que eles iriam proceder para o posterior reordenamento. Mas que tipo de reordenamento seria este? O MPLA reordenou vitalizando o Estado — foi o caminho que se apresentou. Nós não sabemos como é que seria se fossem os fracionistas que tivessem ganho a parada histórica.

RR — Você está dizendo que foi cortada a oportunidade histórica de conhecer uma construção-alternativa diferente para a organização da sociedade?

VS — É mais ou menos isso. A questão que eu tento colocar é que todo trabalho de natureza libertária que aspira o exercício de um poder popular acaba levando necessariamente a um enquadramento de um novo tipo. E isso é antecedido por uma fase onde você combate a ordem anterior: seja criticando, seja questionando. Ora, quando você consegue quebrar a velha ordem estabelecida com sua série de modelos e de regras e instaurar uma situação onde é possível pôr em prática o que se tinha idealizado enquanto novo, corre-se o risco de perder o controle e a própria direção do movimento. Porque o controle, inclusive, está fora dos propósitos iniciais. E é isso que as forças com vocação de organização não suportam e aí elas se vêem na obrigação de imporem um tipo de repressão para que seus objetivos sejam alcançados.

RR — Eu me pergunto se os fracionistas teriam efetivamente uma proposta libertária.

VS — Provavelmente não teriam. Mas colaboraram. De qualquer maneira colaboraram, embora sem conseguir levar uma proposta que poderia ser de tipo libertária.

Eles tinham uma liderança sobre a população nos bairros onde atuavam e de onde eram oriundos. As suas lideranças tinham uma ligação muito grande com a população. Tanto que o que abortou o golpe de Estado deles foi, basicamente, a presença militar dos cubanos — que davam força ao MPLA, a corrente do Dr. Agostinho

Neto. Uma corrente que era mais conservadora, mais tradicional. Se tivesse havido um embate militar, sem a intervenção dos cubanos, Agostinho Neto teria seguramente caído. Os fracionistas tinham aceitação junto à população e junto ao exército também. Exército que não estava ainda organizado e hierarquizado e era improvisado. O exército acantonado em Luanda, na época, era composto basicamente por aqueles guerrilheiros que fizeram a guerra urbana, e os seus soldados moravam nos musseques.

RR — Você acha que os fracionistas, por terem maior suporte da população de Luanda, teriam maiores possibilidades de construir um outro tipo de sociedade?

VS — Supõe-se. Mas certamente eles teriam imensas dificuldades porque esse movimento dito fracionista, ao contrário do Poder Popular, não se alastrou. Ele era um movimento tipicamente político, conspirativo, que se ocupava pouco em buscar respostas aos problemas críticos que se colocavam a uma nação que acabara de nascer e que enfrentara e enfrentava uma violenta guerra civil.

RR — Como é que a população via essas organizações que, querendo reforçar as suas posições em termos de controle político, procuravam enquadrar o Poder Popular?

VS — É aí que reside a complexidade das coisas. Por um lado, a necessidade de organização se impunha quando o quadro era caótico. Por outro, ela entra em choque com aquele "anarquismo" que é próprio da dinâmica do Poder Popular. A institucionalização era dificultada tanto por parte das entidades próprias do Poder Popular como por parte daqueles que viam com reserva o Poder Popular, no caso aquelas pessoas mais ligadas ao MPLA conservador que procuravam estruturar o Estado dentro dos princípios clássicos de organização. No entanto, o MPLA encontrava-se com sérios problemas. Acabara de receber um país que vinha saindo de uma guerra em Luanda e que se desenrolava em outras partes do país, e tinha sobretudo que montar o Estado Nacional.

RR — Mas você considera, inclusive, que setores do MPLA estavam mais preocupados com a divisão do poder no aparelho de Estado, com o exercício deste poder, do que propriamente com uma nova organização da sociedade, não é?

VS — Porque haviam posições diferentes lá dentro e a situação ainda não estava definida do ponto de vista do poder, isto é,

de quem ia realmente mandar. Não havia ainda uma definição enquanto forças dominantes e forças dominadas. Daí toda atenção estar voltada para este conflito interno. O conflito existia em função das diversas correntes, dos diversos posicionamentos. Dentro daquele quadro confuso era inevitável que as forças acabassem em choque, até que um grupo hegemônico qualquer emergisse, de uma forma ou de outra.

E no momento em que se coloca que algo iria acontecer, cada grupo começa a agilizar o trabalho de organização das suas forças. Até mesmo as cooperativas de consumo em Luanda, por exemplo, entram nesse processo de disputa política.

As cooperativas de consumo: a autogestão da penúria

Estas cooperativas surgiram em quase todos os bairros de Luanda para resolver o problema do abastecimento já que a situação existente era de penúria completa, dado a fuga dos comerciantes portugueses.

Nesta situação o MPLA tem necessidade de dar um tipo de resposta à população e, como não tem condições de dar uma resposta imediata, faz apelo à cooperativa, dizendo: "você mesmos organizem as cooperativas de consumo porque através delas vai ser possível buscar alimentos no interior e abastecer a população". A população atende a este apelo, mesmo porque não tem outra alternativa. E começam a aparecer as cooperativas de consumo. Elas foram organizadas no contexto do movimento do Poder Popular, e pretendiam constituir um novo circuito comercial para substituir aquele que desmoronou com a expulsão maciça dos comerciantes portugueses dos musseques.

Mas, desde a sua criação, as cooperativas passam a ter uma função muito mais importante do que o simples ato de ajudar na distribuição de alimentos para a população. E por quê? Primeiro, elas passam a ser um local onde há alimento. E, em situação de penúria, quem tem o controle do alimento tem uma força política muito grande.

RR — Seria a cooperativa como instrumento de luta?

VS — Como instrumento de dominação, eu diria até. Em primeiro lugar, o grupo ou facção política que tivesse ascendência so-

bre a cooperativa, passava a ter uma ascendência maior sobre a população. "Eu tenho o alimento". Segundo, tendo o controle da cooperativa, está se dando uma resposta prática de participação popular. E terceiro, a cooperativa é uma base política porque através dela pode-se mobilizar o povo. Através dela distribui-se não só alimentos mas distribui-se, sobretudo, uma posição política. E, neste sentido, as cooperativas passaram a ser, além de uma empresa econômica, como toda cooperativa o é, um instrumento político disputadíssimo. Quando se percebe que a cooperativa passa a ser o grande ponto de convergência no interior de um determinado bairro, e passa a ser o seu grande centro, há uma disputa pelo seu controle.

RR — E, em consequência disso, como fica a cooperativa enquanto um instrumento de organização da própria população?

VS — As cooperativas estavam muito ligadas ao Poder Popular, são frutos dele, e seguiram todas as vicissitudes por que passou este movimento. Assim, elas tiveram dificuldades de se estabelecer enquanto organismos relativamente autônomos. Elas encontravam-se prisioneiras de suas insuficiências internas (dificuldades de gestão, de administração, de organização de trabalho, de transporte, etc.) e foram incapazes de acumular, a curto prazo, forças suficientes para repelir as pressões colocadas pelos fatores políticos externos. Elas acabaram, finalmente, imbricadas no jogo de poder. Na realidade, criar uma cooperativa é muito complicado, diria mesmo muito difícil. Isto devido a natureza própria da cooperativa.

RR — Isso devido ao caráter autogestionário da cooperativa?

VS — Exato. Em uma cooperativa, se o cidadão faz sua compra e porventura acha o preço caro, reclama com um barulho bem maior do que o faria se estivesse em um supermercado qualquer. Afinal, na cooperativa ele é o dono. A cooperativa já é difícil de funcionar em uma situação normal. Ora, pode-se imaginar o quanto é mais difícil em uma situação de conflito militar. Por outro lado, o angolano que viveu durante anos a fio sob a brutal dominação portuguesa, de repente viu-se em uma situação de liberdade completa. E ele estava totalmente despreparado para qualquer vida social deste tipo: onde pudesse falar, onde pudesse opinar... Então, isso dificultou em muito o funcionamento das cooperativas. E, também, as ingerências políticas de todos os tipos vieram complicar ainda mais as coisas. Por último, havia um quadro econômico que

dificultava a própria vida da cooperativa. Elas tinham que vender fundamentalmente produtos de consumo básico e não tinham fontes aonde se abastecer; nelas não se encontrava arroz, açúcar, pão, etc. Em suma, eram empresas, do ponto de vista dos usuários, deficientes. O consumidor angolano tinha na cooperativa um local de abastecimento precário. Isso fazia com que a cooperativa fosse um local de agitação: nela a dona-de-casa reclamava, todos reclamavam porque não funcionava ou funcionava mal, e vinha o saudosismo "no português era caro, mas tinha...!"

RR — Você diria que esse modelo proposto de cooperativa não era um modelo oportuno para aquela situação?

VS — Não era um modelo oportuno e era extremamente complicado para ser funcional. Do ponto de vista econômico, o modelo tem que ser funcional, tem que dar respostas. As cooperativas eram extremamente precárias. Elas foram criadas mas a situação produtiva do país não permitia que elas funcionassem com regularidade. Cooperativas de consumo em cima de um sistema de produção desmantelado? O MPLA, no poder, agiu com as cooperativas como qualquer Estado do planeta: deu liberdade para que as pessoas constituíssem suas cooperativas — quando essas pessoas estavam na miséria — posto que ele não tinha condições de dar respostas à população desassistida. Mas, naquele momento em Angola, não havia outra alternativa. Ou se fazia aquilo, ou seja: manter as cooperativas ainda que funcionando precariamente, ou não se fazia nada.

RR — Por quê?

VS — O que havia como alternativa, depois de desestruturada toda aquela rede de distribuição, era o surgimento rápido de uma classe de pequenos comerciantes. Isso, aliás, já acontecia em Luanda. Paralelamente à atuação das cooperativas, apareceram os comerciantes recém-criados. Esta categoria não existia em Angola dado que até então quem tinha praticamente o monopólio do comércio varejista eram os portugueses. Raríssimos eram os africanos que eram pequenos comerciantes. Raríssimos mesmo. Com o desaparecimento dos portugueses é que começaram a aparecer os primeiros africanos comerciantes. Mas era um pessoal que vivia de um oportunismo grande, explorando a situação. Como comerciantes recém-criados numa desordem do sistema produtivo e econômico, eles não tinham evidentemente a mesma infra-estrutura que os comerciantes portugueses estabelecidos possuíam. O comércio que eles praticavam era primitivo, uma espécie de muamba: o candidato a comerciante

ia até uma fonte de produção, ou a um pescador, comprava mercadoria e a vendia ao consumidor por um preço exorbitante. Isso porque não havia comida, de forma generalizada, mas também porque os comerciantes novatos precisavam acumular capital para fazer os seus negócios. Eram comerciantes em vias de acumulação de capital.

Portanto, as cooperativas surgiram tendo, além de todas as dificuldades que lhe são inerentes, a oposição dessa classe de pequenos comerciantes que começava a se firmar. Mas estes comerciantes sozinhos não podiam se apresentar como alternativa válida para estabelecerem o fluxo de distribuição de alimentos à população.

Todas estas questões se punham naquele quadro econômico difícil.

A situação do campo: um acerto de contas histórico exemplar

RR — Além das cooperativas de consumo haviam também as cooperativas agrícolas, de produção. Era uma outra situação?

VS — No campo a situação se pôs de uma forma diferente. O chamado Poder Popular ali não teve a mesma intensidade, animação, e toda aquela movimentação que teve em Luanda. O campo recebeu essa história do Poder Popular via pessoas que vinham de Luanda e através do MPLA. Lá também o Poder Popular, em um primeiro momento, foi muito bem acatado. Com base nas palavras de ordem oriundas do discurso do Poder Popular, na luta por uma democracia popular, é que são organizadas as ações contra as fazendas portuguesas. Essas ações visaram sobretudo a tomada de máquinas, implementos agrícolas e animais. Na região em que eu estive, Malange, todas as fazendas foram saqueadas. Em nome do Poder Popular! Nesse movimento havia todo um transbordamento de ira em cima da presença portuguesa, da dominação. Mas ele teve como consequência arrasar com a estrutura produtiva estabelecida no período colonial. Conclusão, com a retirada dos portugueses a produção agropastoril caiu a zero. Passou a existir apenas uma debilitada agricultura de subsistência que não chegava sequer a alimentar os próprios camponeses.

RR — Conte um pouco como foi esse processo no interior de Angola.

VS — Aí já é a Angola do campo, onde se pode sentir com mais força a presença do tradicionalismo africano. Diferente da Luanda urbanizada, à beira-mar, porta de contato com o resto do mundo, muito embora ainda tendo, com força, a influência do campo. No interior tem-se a sociedade africana tradicional, com todos seus valores e sobretudo o forte peso cultural. No caso, na região em que eu vivi, na época colonial, havia uma considerável presença física de portugueses e as terras estavam mais ou menos divididas da seguinte forma: boa parte do solo agrícola constituía as grandes fazendas, muito bem dotadas de equipamentos, máquinas, implementos e grande produção; entre as grandes fazendas existiam as aldeias (Kimbos), onde a terra era explorada coletivamente de forma tribal pela população autóctone. No passado recente, essas fazendas pertenceram aos Kimbos, chefiados pelos Sobas³, autoridades tradicionais. Os portugueses na medida em que foram formando as suas fazendas, naturalmente, reduziam a porção de terras ocupadas pelos nativos. Com isto as terras agricultáveis dos Kimbos (aldeia) foram reduzidas e os próprios Kimbos passaram a ser verdadeiras ilhas no meio de fazendas dos brancos (portugueses). Os Kimbos possibilitavam a existência de mão-de-obra permanentemente à disposição para o funcionamento das fazendas instaladas; ou seja, era um reduto de fornecimento do trabalho braçal às explorações agrícolas altamente produtivas dos portugueses.

No processo de libertação, com o enfraquecimento da dominação portuguesa, chegam ao campo os reflexos do que estava acontecendo em Luanda. Desta irradiação desencadeou-se, então, um movimento de revolta destes Kimbos contra as fazendas. Contra os bens, os patrimônios das fazendas. Isso evidentemente não aconteceu da noite para o dia, pois houve um período de tensão que precedeu aos acontecimentos. Naquele quadro de tensão a população branca tomou a iniciativa de sair.

As fazendas foram tomadas, saqueados os seus bens móveis — carros, tratores, equipamentos diversos, gado... — mas os camponeses não se fixaram na terra. Isso porque havia terras em fartura. Eu conheci poucas fazendas que foram ocupadas e suas terras exploradas pelos agricultores. No interior, as pequenas cidades e vilarejos, além de sofrerem as consequências dos saques no momento da retirada e debandada dos colonos, elas foram intensamente castigadas com os conflitos armados entre os diversos movi-

(3) Soba: chefe político tradicional dos Kimbos (aldeias) angolanos, corresponde em nossas comunidades indígenas à figura do cacique.

mentos de libertação. Finda a guerra, se impôs um gigantesco trabalho de reconstrução e organização geral. Nesse quadro, mais uma vez, as cooperativas foram solicitadas para dar a sua valiosa colaboração.

RR — Mas é sempre o modelo cooperativo que é implementado?

VS — É. E ali ele foi relativamente muito bem aceito e mais tranqüilo do que as cooperativas de consumo de Luanda. Tratava-se de cooperativas de produção que iriam colaborar com o processo de reorganização da produção agrícola na base de um trabalho em comum.

RR — O que já era tradição deles.

VS — Exato. A organização dos produtores em torno do trabalho coletivo foi imensamente facilitada pela existência de vestígios de uma sociedade comunal, aonde muitas das tarefas do processo produtivo se faziam de forma coletiva. Nos Kimbos, por exemplo, a figura do Soba — que é a autoridade tradicional, um chefe com linhagem e legitimidade — é o administrador na comunidade e fixa, a cada ano, o pedaço de terra onde cada família deverá plantar a sua lavoura. O alimento básico produzido é mandioca. Os camponeses angolanos por tradição seguiam algumas regras de conservação do solo e praticavam a rotação das culturas... As roças muito embora fossem individualizadas, ou seja, cada um tomava conta do seu pedaço, não havia separação entre uma roça e outra. Cada família tinha o seu pedaço, mas a impressão que dava ao observador era que se tratava de uma roça só, já que o trabalho era feito agrupado. Então, foi muito fácil a aceitação da proposta de criação de cooperativas, do trabalho em comum, da compra e venda em comum. E foi relativamente fácil elas serem organizadas pelos camponeses. Algum tempo mais tarde, chegou a existir um problema bastante sério, pois a proposta inicial de organização dos produtores em cooperativas, que aliás casava-se muito bem com o nível cultural daqueles produtores, passou a ser desconsiderada quando o Estado angolano decidiu pela formação das fazendas estatais.

RR — Isso no momento da institucionalização?

VS — Exatamente. Nos primeiros dois anos após a independência a presença dos organismos do Estado junto aos camponeses era quase nula. Foi a época em que as cooperativas surgiram e

prosperaram em número e qualidade. A reorganização do processo produtivo se fazia com os produtores angolanos utilizando-se da forma cooperativa. Ora, no momento em que chegou a presença do Estado no campo, a proposta apresentada era a reativação das antigas fazendas abandonadas pelos portugueses em forma de empresas estatais. Abandonou-se o projeto cooperativo, inicialmente adotado, e todas as prioridades e recursos foram canalizados na reativação das fazendas, agora estatais. Essa nova orientação na política agrícola não tardou a entrar em choque com os camponeses organizados em cooperativas. Porque as fazendas coletivas pressupunham o quê? De um lado, reativar as antigas propriedades dos portugueses, que inclusive estavam desocupadas, abandonadas depois de terem sido saqueadas. Por outro lado, nas poucas ocupadas, o pessoal se tornou funcionário das fazendas, ou seja: trabalhadores agrícolas do Estado. Então, começou uma grande resistência. Porque viram nesse projeto uma substituição do português pelo angolano. Angolano travestido na forma de Estado. E ocorreram tensões bastante sérias, que não chegaram a degenerar em conflito aberto, mas onde a resistência posta pelos produtores, já organizados em cooperativas, foi muito significativa.

Na cooperativa, é muito interessante notar, houve um acasalamento entre os valores culturais tradicionais e em particular a autoridade da figura tradicional — representada pelo Soba — com a nova proposta, que era a de organização cooperativa. Ele vinha complementar com modernidade a administração que o Soba fazia tradicionalmente em suas comunidades. A cooperativa, embora fosse uma proposta revolucionária, vindo do mundo ocidental, tinha uma grande força de identificação com o tipo de organização tradicional do meio rural africano. Daí o acasalamento, daí a aceitação da proposta cooperativa. O Soba, os homens e as mulheres davam seu beneplácito à cooperativa e dela participavam com entusiasmo. Mas a proposta da fazenda estatal, essa voltava-se fundamentalmente contra os valores tradicionais, era estranha, principalmente porque os trabalhadores passaram a ser assalariados e o Estado o seu patrão.

Os interesses em jogo: Joint Ventures & Mercedes do ano

RR — Você concordaria que a institucionalização foi feita em cima de um modelo muito europeu?

VS — Marcou-se sobretudo pela aplicação dos pacotes comprados ou recebidos da cooperação socialista. Em Angola, o país

que foi escolhido, naquela época, para dar assessoria e ajudar na reordenação do campo foi a Bulgária. Eles têm um modelo bastante avançado em termos de organização coletiva do trabalho e da propriedade rural. Os búlgaros trouxeram esse modelo e sem se preocuparem em saber se era necessário se fazer algum tipo de adaptação, ou um ajustamento, passaram pura e simplesmente a pôr em prática o pacote inteirinho. Ora, as imensas dificuldades que eles encontraram para reativar as velhas fazendas abandonadas, já sob a forma de propriedade do Estado, foram agravadas ainda mais com o desinteresse dos camponeses em delas participarem, o que gerou um problema de escassez de mão-de-obra. Isto levou à política de aniquilar a existência das cooperativas. Criaram uma série de pressões para desativar as cooperativas existentes a fim de que o pessoal tivesse algum tipo de motivação para trabalhar nas fazendas estatais.

Nós podemos fazer uma rápida recapitulação daquele período da seguinte maneira: Em um primeiro momento, quando os responsáveis políticos estavam preocupados com Luanda e com toda aquela problemática política militar mas, de uma forma ou de outra, tinham que estar presentes no campo, a proposta foi de mobilizar e organizar os produtores em cooperativas agrícolas. Todo o trabalho foi feito em cima disso. E foi bem aceito por parte dos produtores. Com isso o governo recém-instalado, apesar das dificuldades, conseguia dar uma resposta para aquela população rural, que encontrava-se desamparada e com a qual ele não sabia bem o que fazer. Na medida em que o Estado se estabelece e começa a ter condições de agir com mais firmeza, ele atua através da importação de modelos externos, sem se perguntar se eles são aplicáveis ou não; e mais grave ainda, desrespeitando o que já havia sido alcançado com muito esforço, ideal e sacrifícios.

Os técnicos vindos do exterior, ou seja, o exército da cooperação internacional é que permitiu dar início à proposta de estatização. Nesse momento, eles foram os principais responsáveis pela reversão do que se vinha fazendo até que com relativo sucesso, ou seja: o abandono da fórmula cooperativa, como instrumento de organização do processo produtivo e de comercialização no meio rural angolano, pela priorização absoluta da participação direta do Estado na produção.

Eu não cheguei a viver o período completo em que as fazendas estatais passaram a ser prioridade absoluta. Vi e vivi, com muita tristeza, apenas o momento em que se rejeitou as cooperativas, que foram passadas para um segundo plano. E gostaria muito de voltar a Angola, dez anos depois, para ver como estão indo estas fazendas estatais — se é que elas ainda estão em funcionamento — pois as dificuldades iniciais para sua organização foram enormes.

RR — Os assessores não conheciam a situação concreta?

VS — Nada, absolutamente nada e a culpa não era dos técnicos. Eles simplesmente desembarcaram em Angola para executar o que politicamente estava preestabelecido, independentemente da realidade. O que foi extremamente lamentável, no meu modo de ver, foi a morte prematura ou a rejeição de uma resposta que, mal ou bem, os angolanos mesmos estavam encontrando. Não foi dado tempo para que aquele trabalho pudesse se desenvolver. Certamente se poderia chegar a um nível de organização da produção interessante, que se não satisfatório, pelo menos aceitável.

Claro está que a situação era muito confusa. Mas esta confusão existente — própria do momento — era decantada e mesmo exaltada. Houve, por exemplo, uma música, que foi extremamente bem recebida pela população, que dizia: “o Poder Popular é a causa dessa confusão”. Se o momento era confuso, de “desordem”, ele era também extremamente criativo, inovador.

RR — As diversas correntes políticas, que com suas lutas iniciaram a construção de uma outra sociedade, tiveram uma participação importante — ou foram determinantes — na reordenação institucional de Angola?

VS — Em função das diversas forças e posições existentes — chegamos naquilo que falávamos há pouco: na luta política pela hegemonia de uma delas sobre as demais — ganha ênfase a luta interna dos grupos organizados. E não podemos esquecer também que, além das forças internas, nós estávamos em Angola, onde existe uma pesada geopolítica internacional influenciando. Aquelas forças angolanas ali não estavam isoladas, definindo entre si suas correlações de forças. Havia interesses americanos, interesses soviéticos, e tantos outros pairando sobre elas...

RR — Angola, entre as colônias portuguesas na África, era a mais rica, sobretudo seu subsolo, não? Como é que ficou a exploração dessas riquezas?

VS — Pelo seu subsolo, por suas riquezas naturais, era a colônia mais desenvolvida e rica das províncias ultramarinas portuguesas. Era um país que mesmo durante a guerra civil não teve a sua produção petrolífera paralisada. Em um determinado momento chegou a haver a retirada temporária dos americanos que exploravam os poços petrolíferos mas, logo em seguida, o governo do

MPLA procurou reatar com os americanos e os recebeu de volta. Muitas vezes, por causa da guerra civil interna, a atividade petrolífera chegou a correr risco. No caso de Cabinda, província ao norte de Angola, havia um movimento nacionalista, contrário ao MPLA, que reivindicava para si a independência de Cabinda. Graças à exploração do petróleo o governo do MPLA conseguia divisas para financiar a própria guerra, a reconstrução nacional, a importação de equipamentos e tudo mais. Naquele contexto, chegou a se configurar uma situação em que os americanos, inimigos políticos, eram os únicos responsáveis por colocar em funcionamento os poços petrolíferos, apesar das tentativas que foram feitas de substituí-los pelos franceses e italianos sem resultados positivos. Assim, os técnicos da Gulf Petrol Oil eram os responsáveis pela produção e quem lhes dava segurança eram os cubanos. Veja você que situação irônica!

Não podemos esquecer é que nessa história toda prevaleciam os aspectos geopolíticos. Os soviéticos investiram fundo em Angola através do MPLA, para marcar sua presença no continente africano, e os cubanos eram o seu braço armado.

RR — O petróleo, então, continuou nas mãos dos americanos. E os diamantes, que é a outra riqueza maior, digamos assim, de Angola, ficaram nas mãos de quem?

VS — Os diamantes continuaram, em definitivo, nas mãos dos sul-africanos apesar de serem nacionalizados no sistema de "joint-venture", onde o Estado angolano ficou com 51% das ações da grande empresa de produção diamantífera. Não se pode esquecer que a comercialização do diamante no atacado, no mercado internacional, é feita por um cartel composto por um número reduzido de firmas que dominam integralmente o mercado. Não basta apenas "produzir" o diamante. Daí o realismo de aceitar a necessidade de se associar com estas firmas, para poder escoar a produção.

RR — Mas, um mínimo de reordenação diferente disso não foi possível por quê? A população não teve condições de participar ou propor outra coisa, ou o que houve?

VS — A meu ver, não foi dado tempo suficiente para isso. Primeiro não houve tempo para uma preparação teórica, de discussão, do que seria a organização social-econômica depois da independência, onde todas as forças pudessem participar. Não houve isso, pelo contrário. Houve apenas a tomada do poder, ou seja,

o acesso à direção daquele extraordinário e rico país por parte da numericamente pequena e jovem classe dirigente angolana, até recentemente marginalizada, colonizada, explorada economicamente. O poder, nessas condições, é complicado e entorpecedor. Pode ser uma explicação apenas pelo ângulo subjetivo, mas tem fortes evidências de verdade. A quantidade de "Mercedes" do ano (importadas com o dinheiro fácil, que o Estado pagava com royalties recebidos do petróleo), conduzidas na cidade por jovens comandantes militares⁴, nos dão o que pensar. Os problemas que até há pouco eram o motivo da luta pela independência, agora, com o poder nas mãos, transformam-se em aborrecimentos. Em Angola tudo aconteceu muito depressa sem que as pessoas estivessem preparadas para os acontecimentos. Por exemplo, a questão cooperativa nunca foi aventada antes, nem mesmo aparecia no programa do MPLA antes dele ser governo. Ela surgiu como uma necessidade que não havia sido sequer imaginada. Daí o despreparo no trato das coisas, os erros, os equívocos e, em consequência disso, os problemas que se agravavam cada vez mais. Às vezes eu imagino que quando se decidiu importar levadas maciças de "cooperantes técnicos" tinha-se a ilusão de que com a compra deste tipo de serviço os problemas estariam resolvidos, assim como se tentava resolver o problema de transporte importando carros, caminhões, etc.

Comissão Popular de Bairro: um fórum político

RR — Voltando um pouco na história. Uma das formas de organização que tinha surgido, antes que o MPLA se estabelecesse no poder, eram as Comissões Populares de Bairro. Elas não poderiam ter sido embrião de alguma coisa autônoma?

VS — Comissão Popular de Bairro era uma forma de organização que buscava criar uma administração ou um fórum onde se discutissem os problemas a nível de um bairro. Poderia ser um embrião, por exemplo, de uma futura prefeitura local. Uma admi-

(4) Aliás o privilégio de andar em "Mercedes Benz" não foi apenas do comandante militar, do alto burocrata do Aparelho do Estado ou do Partido. O povo também teve esse direito: em 1977, em Luanda, foi criada a empresa estatal de táxi de passageiros, a fazer inveja a qualquer cidadão do mundo dito desenvolvido. Foram compradas 200 Mercedes tipo SE do ano para se fazer a frota da companhia. Aos motoristas, todos assalariados da Nação, foram entregues essas maravilhosas máquinas a fazer inveja a qualquer burguês. Pois bem, no prazo de um ano, repito, apenas um ano, mais de 90% da frota estava literalmente destruída por acidentes, maltratos falta de assistência mecânica etc. Aliás, de resto, o mesmo aconteceu com os caminhões, ônibus, etc.

nistração descentralizada, participativa. Embora não tenha sido expressa desta forma, a idéia estava presente: ser uma prefeitura. Agora, por causa do momento, onde se digladiavam as diversas correntes políticas, a Comissão Popular de Bairro passou a ser sobretudo um fórum político. Ela foi incorporada dentro desse outro jogo de poder. Na sua origem, era um centro de cultura onde se fazia teatro, música, etc. Depois, foi um centro político, no sentido de se constituir numa base onde se faziam trabalhos ditos de conscientização ou de propaganda. Em seguida, as Comissões Populares de Bairro passaram a se preocupar com falta de luz, gás, comida... E, como não era possível transformar as comissões em meros armazéns, foi a partir delas que se irradiou a idéia das cooperativas de consumo.

RR — Mas essas Comissões poderiam ter desenvolvido uma ação mais autônoma, elas tinham um dinamismo próprio.

VS — Eu as via como sendo algo novo e que poderiam dar uma importante contribuição naquele processo, se houvesse tempo e se as injunções políticas — internas e externas — não pressionassem tanto. Se tivesse havido a possibilidade histórica de uma evolução mais tranqüila... Não estou falando em eliminar condições, muito pelo contrário. Certamente elas poderiam se materializar em um tipo de entidade ou estrutura descentralizada, mais participativa. Isso não foi testado nas Comissões Populares de Bairro. Mas a experiência marcou profundamente. Porque mesmo depois que o Estado se estabeleceu e eliminou os radicais que estavam atrapalhando a sua ação, as Comissões Populares de Bairro continuaram. A orientação oficial era no sentido de esvaziar o conteúdo contestatório que era a principal marca registrada delas desde a origem, para que elas se tornassem meros órgãos administrativos. Apenas apêndices da máquina estatal junto aos Bairros.

RR — Bastante distantes das prefeituras, nos termos em que haviam sido pensadas anteriormente.

VS — Claro. Na época dos conflitos e da independência, a Comissão Popular de Bairro era o centro do poder local. "Quem decide o que vai acontecer no bairro é a Comissão Popular de Bairro". Isso era colocado com muita clareza. Havia bairros que funcionavam como regiões autônomas. Era, inclusive, difícil transitar no bairro sem passar por barreiras e controles que eles armavam. Elas tinham motivo ou pretexto para agir assim: questão de segurança. Mas isso demonstrava o seu poder, inclusive poder armado, pois tinham milícias próprias.

RR — Todo esse poder deve ter assustado o "poder central".

VS — É evidente. Aqueles poderes pulverizados tinham força. E não havia ainda um poder central forte.

O exercício de um poder autoritário: o pacote socialista

RR — O Estado quando se estruturou não soube coordenar esses poderes diluídos na sociedade, ele partiu para subordiná-los com um voluntarismo muito grande na ação. Você considera que privilegiou-se um modelo teórico, como um ideal a ser implantado, em detrimento da situação concreta de Angola?

VS — Veja bem. Essa colocação, que apareceu de repente em Angola sobre a necessidade do Estado ter que exercer um papel centralizador e hegemônico a todo custo, eu atribuo à influência dos assessores externos. Se não tivesse havido uma influência tão próxima da presença dos países socialistas ortodoxos, certamente o caminho teria sido outro. Por exemplo: entendo que os assessores cubanos, além dos búlgaros, desempenharam um papel importante no processo de marginalidade imposto às cooperativas agrícolas. A opção cooperativa inicial foi angolana mas, depois, os assessores a trocaram pelas fazendas estatais. Eu tive oportunidade de discutir muito com esses técnicos e era clara sua posição antiooperativa. Eles tinham um modelo a implantar: o modelo de socialismo no campo calcado no modelo de fazenda do Estado. Para eles as cooperativas agrícolas são suspeitas, na medida em que mantêm o processo de comercialização nas mãos dos camponeses produtores, dificulta a socialização da terra e sobretudo porque é uma forma de organização de produtores independentes, autônomos, e que reagrupados na cooperativa passam a ter não somente força econômica, como também política. Para os ortodoxos isso "cheira" a capitalismo. Em Cuba tentou-se, por todos os meios, introduzir o sistema da fazenda coletiva de exploração estatal na cultura do fumo. Essa é uma cultura, no caso de Cuba, extremamente importante do ponto de vista econômico. Essa cultura é feita tradicionalmente por produtores que dominam toda uma técnica artesanal. Não se improvisa na cultura do fumo. E o fumo cubano é, como todos sabem, reconhecido internacionalmente, e uma fonte de receita externa importante para o país. Os cubanos tentaram socializar a cultura do fumo em propriedades estatais e houve uma resistência muito grande por parte dos produtores. Eles sabiam que tipo de cultura eles estavam fazendo, sabiam que era uma cultura altamente rentável. Houve uma resistência muito grande. E os

cubanos nunca conseguiram estatizar o setor de produção de fumo. Pela própria natureza da atividade, diferente da cana, por exemplo. A cana aceita a mecanização dada as grandes extensões. O fumo, não; exige ação artesanal. Então elaborou-se a estratégia de chegar a longo prazo à coletivização da exploração introduzindo, de início, o modelo de cooperativa. Os produtores espertamente aceitaram as cooperativas. Foi um pacto que se estabeleceu entre o Estado e eles. Estabeleceu-se um jogo onde, de um lado, o Estado não conseguiu ter o controle total e, de outro lado, os produtores conseguiram através da cooperativa manter um relativo controle sobre as suas atividades. Essa experiência, esse exemplo, me foi citado repetidas vezes. Os cubanos consideravam importante, em Angola, não abrir espaço para o cooperativismo porque ele impediria a caminhada para o socialismo, para a economia planificada. Se se permite o desenvolvimento das cooperativas de produção, diziam, depois vai se ter problemas pela frente.

RR — Quer dizer, as definições não se faziam com as forças que estavam ali atuando mas as regras do jogo já vinham definidas.

VS — Sim, tudo tem que ser carbono da matriz. Há pouco espaço para o exercício da reflexão, da análise e da busca de caminhos que sejam ditados pela realidade e sobretudo pela vontade dos interessados. Não se pode permitir que seja implantado algo novo que não esteja previsto ou que seja estranho ao que “reza a cartilha”.

RR — É um exercício de poder bem autoritário.

VS — Se não existissem todas essas forças externas pairando e agindo, direta ou indiretamente, sobre os fatos, a evolução da situação de Angola teria sido talvez bem outra. Quem sabe o Poder Popular ainda estaria lá mais amadurecido, de uma forma mais tranqüila, mais pacificado, ou mesmo até desfigurado.

RR — Mas essa influência externa devia estar incorporada, pelo menos, pelos dirigentes angolanos.

VS — Talvez não. Incorporada de uma forma acabada, eu acredito que não. Toda a energia, toda a atividade intelectual, de reflexão, dos dirigentes angolanos — pelo menos os históricos — estavam muito mais voltadas para a ação prática de derrubada das forças colonialistas. Eles não foram capazes e não tiveram tempo

de elaborar planos para aonde eles queriam ir ou aonde poderiam chegar. O que eles fizeram ao chegar no poder foi receber os pacotes “socialistas”. Os búlgaros foram para a agricultura, e chegaram com os pacotes prontos e acabados. Dentro das dificuldades que os dirigentes angolanos estavam encontrando — da falta de experiência e até mesmo do não conhecimento — de repente, criou-se a ilusão de que com o pacote pronto eles teriam as respostas de que tanto necessitavam.

O lamentável foi não ter havido uma oportunidade deles mesmos, os angolanos, chegarem por si mesmos à definição de qual seria o melhor caminho para se atuar nas áreas mais sensíveis, naquele momento, da economia angolana: na esfera da organização do comércio, na área da distribuição, na área da produção das pequenas empresas...

Outra coisa que eu acho que reforçou os dirigentes a escolherem a estatização da economia, em uma situação difícil de falta de respostas e de falta de controle do que estava acontecendo, foi a lembrança de que no modelo colonial autoritário as coisas funcionavam, pelo menos aquelas que existiam organizadamente, como as fábricas, fazendas, comércio, hotéis, bares, restaurantes, etc. E criou-se a ilusão de que poderiam voltar a funcionar se se colocasse no lugar dos portugueses a presença do Estado. Deste ponto de vista mudou-se apenas a roupagem e se reproduziu o modelo antigo e com menor conhecimento e experiência, logo, com menos competência.

RR — Querem usar os mesmos mecanismos da dominação portuguesa imaginando que eles possam ter uma utilização diferente...

VS — Não dá. O problema é que, do ponto de vista dos dirigentes, eles têm que dar respostas. E, nessa situação, estão obrigados a agir dentro de uma certa racionalidade. Ali o apelo foi a uma racionalidade de fora, os conhecimentos do chamado “socialismo científico”. Na fase anterior, o trabalho dos dirigentes consistia em ter que expulsar o branco colonialista e para isto levar o povo a lutar contra o colonizador. Tudo bem. Mas depois a situação foi bem outra. Eles tinham que construir alguma coisa, uma nova ordem, um país novo. É lamentável que, em uma situação dessa, se tenha partido para posições dogmáticas ou fechadas. Acho que havia espaços para todo mundo, para diversos tipos de experiência, sem que isso levasse a um estado de conturbação ou a um estado de conflito exagerado, de tipo fratricida politicamente ou desorganizado economicamente.

RR — Aqueles que exercem o poder, em geral, têm medo do conflito. A preocupação da institucionalização é fundamentalmente procurar um consenso onde, de preferência rapidamente, se apaguem as diferenças.

VS — É uma trama complicada. O poder sempre está em estado de risco. Quem está no poder não tem certeza de que o amanhã será tranqüilo. Então, ele tem que estar permanentemente em estado de defesa.

Acho que fui, muitas vezes, um pouco severo com aquelas forças que se agruparam em torno do aparelho de estado. Certamente aí há conotações subjetivas: eu estava muito envolvido, vivendo muito de perto aquela problemática do Poder Popular. Não que eu me identificasse inteiramente com tudo aquilo que estava acontecendo, mas me chamava a atenção aquela ação libertária que estava se desenvolvendo. Dali poderia sair alguma coisa. Eu talvez tenha feito críticas exageradas em relação ao papel do Estado, ao papel daqueles que procuravam constituir um Estado Nacional que, de uma forma ou de outra, tinha que ser reconstruído. Eles traziam coisas importantes: uma certa modernidade, por exemplo, que era uma coisa necessária. Ligar a Angola africana a um sistema internacional. Ela precisava se inter-relacionar com o mundo. E esse pessoal tinha uma preocupação muito grande com isso. E, é bem verdade, o Poder Popular não estava preocupado com isso.

O ideal teria sido o conflito não ter chegado ao ponto que chegou, em que as partes — Estado e Poder Popular — chegaram ao rompimento. Mas do ponto de vista do poder institucionalizado, esses grupos mais libertários não atendiam à racionalidade que o Estado começava a exigir. Racionalidade que importava, inclusive, em uma despolitização desses grupos, despolitização que se tornara necessária para quem estava no poder.

RR — A partir daí, é a imposição de um determinado tipo de poder, perdendo-se a oportunidade de construir uma sociedade efetivamente democrática.

VS — A única maneira de se conseguir democracia é com tempo. Os diferentes grupos políticos têm que ter suas oportunidades. Não se pode sufocar determinadas experiências só com o propósito de se atingir certas respostas a curto prazo. O ritmo apressado das mudanças é, muitas vezes, a principal causa do insucesso daquilo que se quer estabelecer. Não há tempo para uma aprendizagem, sobretudo para aqueles que, antes de mais nada, precisam aprender...

Moçambique: alfabetização e outras lições

Entrevista com *Irene Loewenstein*



MOÇAMBIQUE — Colônia portuguesa até 20 de setembro de 1974, tem sua independência reconhecida em 25 de junho de 1975, como República Popular de Moçambique (RPM). A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) — unificação de três movimentos libertários, criada em 1962 por Eduardo Chivambo Mondlane — transforma-se em partido marxista-leninista da aliança operário-camponesa em 1977.

A África do Sul e a antiga Rodésia do Sul (de Ian Smith) — fortes aliados de Portugal e vizinhos de Moçambique — juntamente com Portugal, como ex-metrópole, sustentam a “oposição” sob forma de bandos armados, sobretudo o MNR (Movimento Nacional de Resistência), transformado em 1980 em Renamo (Resistência Nacional de Moçambique).

Superfície: 801.590 km². Fronteiras: Tanzânia (norte); Malawi, Zâmbia e Zimbawe (oeste); África do Sul e Swazilândia (sul); Oceano Índico (leste).

Capital: Maputo.

Principais produtos: castanha de caju, açúcar, amendoim, cítricos, pesca (mariscos, camarões e lagosta especialmente).

Principais línguas: português (oficial), Macúia-Lómue ao norte, Tsonga (Ronga, Shangane) ao sul e Sena-Nyanja no centro.

Regina Rocha — Você trabalhou, durante vários anos, em Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique. Como foi essa experiência?

Irene Loewenstein — Vou começar situando um pouco a luta pela independência de Moçambique. Foram dez anos de luta armada: 1964/1974. Durante este período, as populações das áreas libertadas — áreas que iam sendo conquistadas pela Frelimo — davam apoio, muito claramente, à luta contra Portugal e se envolviam no processo de implantação de um novo modelo de sociedade. No entanto, a luta armada se deu em áreas de população muito escassa e abarcou apenas cerca de 1/3 do território moçambicano. Isso, é claro, vai ter repercussões na construção do novo Estado após a independência. Sobretudo a nível das cidades, o processo de assimilação do modelo português era muito forte. Esta era a situação, por exemplo, da capital ex-Lourenço Marques, hoje Maputo. A área urbanizada de Lourenço Marques, a cidade de cimento, era uma cidade portuguesa. Para seus habitantes, que em grande maioria não participou da luta, a independência ocorreu como algo inesperado (para os portugueses em geral) ou como uma doação (para os moçambicanos). Claro que alguns setores, tanto no caso de Maputo como no caso da Beira, a segunda maior cidade, também participaram do movimento de libertação através de um trabalho clandestino, o único possível na época. Mas, em relação ao total da população e à extensão do país, a implantação de zonas libertadas e a dimensão dos trabalhos nas cidades ainda tinham pouco lastro. Assim, quando o golpe de estado em Portugal acelera a independência moçambicana, a Frelimo assume o poder numa extensão humano-geográfica que não tinha as características de um país e pretende rapidamente criar uma nação: as dificuldades só poderiam ser imensas.¹

RR — Fale um pouco sobre essas dificuldades.

IL — Logo de início, por exemplo, apareceram os problemas criados pelo legado das estruturas de estado do colonialismo. Ocorreu, então, o que João Bosco coloca na entrevista dele: a preocupação passou a ser “preencher o organograma que os portugueses, ao partir, tinham deixado vazio”. Esta frase é lapidar. Dá a medida exata do que, na prática, aconteceu.

(1) Samora em conversa com Fidel em 1978 (Revista Tempo) deixa isso claro quando diz mais ou menos o seguinte: fecharam a nossa universidade cedo demais. Isto é, a universidade formadora era a experiência da luta armada, da criação paulatina do homem novo e de novas formas de organização social da produção.

É claro que se substituir aos portugueses não fazia parte de uma proposta de atuação da Frelimo. Inclusive se nós recuamos na história, pode-se ver que o 2º Congresso da Frelimo (1968) afastou e expulsou vários militantes justamente porque a proposta que levavam era a de um Estado que, embora com uma coloração de pele diferente, iria funcionar nos mesmos moldes do colonialismo. As FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique), dirigidas pela Frelimo e atuando junto às populações nas zonas libertadas, tinham por lema “estudar, combater, produzir”, isto é, promovia-se um espírito de integração e de troca de saberes, as ações (de saúde, de alfabetização, de produção material e não material e também as ações militares) comportavam níveis variados de participação na luta que era de todos.

Fecho o parêntesis histórico. O aparelho de estado precisava ser constituído. Nesse sentido a experiência das zonas libertadas era logicamente pequena e não atendia às complexidades de um Estado Nacional. O aparelho de estado português não foi “escangalhado” (palavra de ordem muito usada), foi reestruturado.

A nível da produção econômica procurou-se aproveitar os tratores e também toda uma série de equipamentos de tecnologia sofisticada. Aliás, tentou-se aproveitar o que não foi destruído; porque houve uma destruição muito grande, uma política de terra arrasada por parte de Portugal. O que tinha sobrado passou a ser utilizado, porque “temos que entrar no concerto das nações modernas”. É verdade que era preciso produzir para alimentar o povo. Mas a atuação foi no sentido de utilizar a tecnologia já instalada com a justificativa de que ela seria capaz de acelerar o processo produtivo. Ora, a tecnologia não acelera por si o processo produtivo. Inclusive não havia know-how, não havia condições de manutenção e nem de reposição de peças. Tudo isto determinava uma continuidade da dependência, cada vez maior, da África do Sul.

O império do mesmo

RR — Isto quer dizer que não se procurou outras alternativas? Entrou-se no mesmo circuito?

IL — Se permitiu continuar nesse circuito. Querem “entrar no concerto das nações” implicava também em admitir que se estava atrasado em relação ao Ocidente e mesmo em relação aos países socialistas. Daí “precisamos recuperar este atraso. E para isso o modelo é esse”. O modelo já vinha pronto: modelo de Partido, modelo de Estado... Este foi o grande problema.

Mas é preciso dizer que a atuação da Frelimo, desde a época de luta, sempre foi muito voluntarista. Ela sempre partiu de bandeiras de luta muito definidas, muito cristalizadas. Por exemplo: durante a luta armada era uma diretriz da Frelimo que os combatentes não ficassem nas suas áreas de origem. O que ela pretendia era provocar uma coesão, levar uma tribo a conhecer e manter contato com outras e, sobretudo, visava quebrar a existência de quistos no país. O objetivo era reunir condições para criar uma Nação. Era um esforço que tinha que ser feito. Mas faltou justamente se perguntar e analisar quais eram as características fundamentais de cada um daqueles grupos, partir da diversidade para fazer nascer a unidade. Não se procurou absorver os fatores positivos da estrutura tradicional moçambicana, não se procurou estabelecer e aprofundar um diálogo com as diferentes tribos. Da forma como essa coesão foi tentada, tudo o que a criança, o adolescente, o adulto e o velho haviam vivido, toda aquela experiência acumulada, devia dar lugar a algo novo, que vinha de fora. O que ocorreu foi que se partiu para algo imposto. O deslocamento geográfico das populações foi algo forçado; a coesão foi algo forçado; e, então, o “modelo” não funcionou.

Claro que após a independência este verticalismo do Partido e do Governo tem que ser confrontado e cada vez mais com o panorama militar de fustigamento, de invasão, de mercenarismo existente. A RPM (República Popular de Moçambique) nunca deixou de ter uma contra-revolução interna. Ela era protagonizada inclusive pelos expulsos da Frente, somados a uma série de descontentes tribais e que foram formando bandos, sem nenhuma identificação ideológica entre os membros; bandos que foram ganhando uma estrutura forte, apelidados de MNR (Movimento Nacional de Resistência) e, em 1980, RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) e que se implantaram graças ao poder do capitalismo internacional e da África do Sul, seu forte guardião em África.

Eles tinham porta-vozes e emissora de rádio em Portugal, na ex-Rodésia do Sul (época de Ian Smith, antes da independência quando nasce o Zimbawe aliado à RPM) e, sobretudo e permanentemente, na República da África do Sul que recruta, treina e supre materialmente esses bandos.

RR — Essa atuação de Portugal é ainda em função dos antigos interesses coloniais em Moçambique?

IL — Claro. Interesses coloniais evidentemente transmudados com a independência. Por exemplo: “União Soviética domina Moçambique. Precisamos libertar nossa pátria”. Não é nada por aí.

São ainda os interesses portugueses de ex-potência colonial e o medo da importância política crescente da RPM junto a OUA (Organização da Unidade Africana). Para eles, socialismo num país de negros é alarmante!

Na época colonial havia uma série de empresas em Moçambique cujo capital nunca foi puramente português. Portugal sempre teve um colonialismo de empório. Passava por ele! Em todas as empresas — algodão e chá, sobretudo — havia capital da Rodésia ou da África do Sul. Aliás, havia capital, know-how e colaboração militar.

A força preponderante da África do Sul na região é evidente (e não só na região: a própria ONU não tem “força” para conseguir a independência da Namíbia sob jugo da República da África do Sul (RAS) desde 1949). Em 1983, por exemplo, a RAS fez um ataque aéreo a uma fábrica em um subúrbio de Maputo. A ação atingiu um alvo econômico. A versão dada pela África do Sul é que essa fábrica seria apenas a fachada de instalações militares da ANC (Congresso Nacional Africano). O que ela não podia permitir. Veja bem! Comprovou-se depois, através de delegações internacionais, o que todo mundo sabia: não era nada disso. Pois a África do Sul, nessa época, dá uma declaração explicitando que incursões deste tipo podiam ser esperadas também no Lesotho (reino negro dentro da RAS) e no Botswana. Muito claramente a África do Sul trata os países africanos independentes como seu quintal, interessa-lhe a regionalização do conflito.

Já em 1982 a RAS enviou uma carta bomba à UEM (Universidade Eduardo Mondlane). Morre Ruth First, pesquisadora e mulher de Joe Slowo (dirigente do ANC e provável alvo da carta) e é ferido Aquino de Bragança, historiador e negociador moçambicano em fóruns internacionais.

RR — E como o governo da Frelimo enfrentava estas questões?

IL — Isso é o que mais preocupava: a forma como o estado moçambicano reagia frente aos acontecimentos. Em março/84 é feito o Acordo de N'Komati, entre Moçambique e África do Sul, estabelecendo um pacto de “não-agressão mútua”. No fundo, era um tratado de paz entre Davi e Golias — o Gigante. Internamente, em Moçambique, o que sai no jornal “Notícias”, o que sai na revista “Tempo”, o que é oficialmente transmitido à população é que esse acordo era uma vitória, um prestígio da revolução moçambicana. Ou seja: a África do Sul se curvava a Moçambique. Assim,

esse assunto é tratado não como uma jogada diplomática, um alerta internacional sobre a atuação do Gigante, mas como um grande triunfo revolucionário. Conclusão: não se pede ao povo que se una frente a esse inimigo comum, que se una para combater esse inimigo. Cada vez mais são as FPLM's — agora enquanto um exército regular, altamente militarizado, altamente deformado por todos os privilégios que veio tendo ao longo dos anos — que são chamadas a combater um outro exército. Ou seja: o equacionamento é militarista. A atuação inicial das Forças Populares de Libertação Nacional, que visava uma integração com a população, havia deixado de existir. A especialização tende a prevalecer. E na medida em que as necessidades de segurança são cada vez mais prementes, quem vai poder respondê-las? Só o instrumento específico: o exército. O círculo se fecha e a RAS aperta o nó até o assassinato de Samora em 1986.

Diante de tudo isso, a gente se pergunta: será que um outro tipo de resposta não poderia ter sido dado? Se a perspectiva fosse diferente, se tivesse mais as suas raízes no desenvolvimento gradativo e não pré-fabricado das comunidades nacionais, se essa maturação do processo tivesse acontecido, uma participação realmente mais ampla da população não teria sido possível? Será que essa penetração externa, também ela não teria acontecido de uma forma diferente?

RR — Você considera que, gradativamente, passou a se privilegiar o que acontecia fora do país?

IL — Sim. Dado que a história não se escreveu com a participação popular, a partir de um determinado momento o peso desta vizinhança é algo de terrível. A própria falta de apoio interno faz com que o inimigo externo cresça, ganhe mais força. E, de repente, é quase como se a agressão externa fosse a única coisa a ser atendida.

RR — Fabrica-se, então, esse impasse?

IL — Eu acho que o tipo de dinâmica existente acabou fabricando esse impasse. Não digo que isso tenha saído de alguma cabeça maligna. Não se trata disso. Realmente é o resultado da direção que se deu ao processo. E essa direção tem repercussões externas e internas. Do ponto de vista interno, na medida em que o modelo econômico-político que a Frelimo procurava implantar não dava resultados, vai crescendo a distância entre o Partido e o povo.

O cotidiano em questão

RR — Fale um pouco sobre a situação interna do país.

IL — À medida que se caminha para o final da década de 70, a situação interna vai se tornando cada vez mais difícil. O campo, quando tinha possibilidade de produzir, não tinha condições de escoar os seus produtos. A população das cidades passava horas e horas nas filas para fazer compras que lhe permitisse sobreviver. O subemprego, das mais variadas espécies, crescia de uma forma assustadora. Surgiu o mercado negro. Essa situação de mercado negro também cria todo um grupo de subempregos, verdadeiras profissões paralelas denunciando as fragilidades no arcabouço do estado socialista. “Negociava-se” com tudo: produtos que vinham do campo e que eram obtidos através de familiares que ainda ali permaneciam esperando sua vez de vir para a cidade, muambas que vinham do exterior, por exemplo, através dos mineiros que trabalhavam na África do Sul. O que acontecia é que a oferta internamente era muito rara e a demanda muito grande. Voltou-se também a uma economia de escambo, de troca de produtos. As “vendedeiras”, por exemplo, que levantavam alguma coisa nas hortas dos arredores da cidade, não queriam vender o produto delas em dinheiro, mesmo que fosse pelo dobro do que teriam obtido na semana anterior. Elas precisavam de troca. Produto por produto (verduras e frutas por farinha de milho; feijão por roupas ou sapatos usados; etc.).

RR — O abastecimento oficial era feito através de cooperativas?

IL — O circuito comercial desorganiza-se após a independência. No começo, o Estado tentou tomar a peito o abastecimento através das lojas do Estado. Gradativamente houve a compreensão de que era impossível o Estado gerir também as lojas. Na lembrança da cidade existia um sistema de comercialização de gestão privada que, mal ou bem, funcionava.

RR — Esse sistema de comercialização anterior estava nas mãos dos africanos?

IL — Não. Estava nas mãos dos indianos e paquistaneses. Inicialmente tentou-se desmontar esta rede substituindo-a pelas lojas do Estado. Mas foi impossível. Então, paralelamente, criaram-se cooperativas de consumo. Cooperativas de consumo não existiam antes, na sociedade tradicional. As cooperativas foram propostas

pelo novo Governo e com uma estruturação já estabelecida: comissão diretora, secretária, suplente, etc. Para gerir uma cooperativa precisava ser alfabetizado. O que limitava em muito a possibilidade de participação. Por outro lado, como gerir o alimento cria também a possibilidade de guardar um tanto para si e para seu grupo, estabeleceu-se uma acirrada competição para disputar a diretoria das cooperativas. De qualquer forma a cooperativa de consumo precisa ser abastecida.

RR — O Valdir, na entrevista dele, que você ainda não conhece, coloca muito bem esse problema das cooperativas em relação a Angola.

IL — É realmente um problema. Como abastecer a cooperativa se cada vez fica mais difícil a vinda dos produtos para a cidade? Como ser abastecida se as poucas fábricas produzem cada vez menos, ameaçadas que estavam pela aviação sul-africana? Como garantir o abastecimento se os caminhões de transporte rodam cada vez menos (avarias constantes, falta de peças para reposição, falta de diesel); a escassez geral de divisas fazendo com que o abastecimento de diesel ficasse restrito a aviões (pouquíssimos vôos) e a comboios militares...

RR — Como o Estado reagia a esta situação? Ele apresentava algum projeto claro para tentar reverter esta situação?

IL — Os projetos são anteriores a essa situação tão drástica que acabei de colocar. Na área de saúde, por exemplo, desenvolveu-se um programa que correspondia às necessidades efetivas da população: socialização da medicina. Acabou-se com a medicina privada. A consulta e internação eram gratuitas. Acabou-se com a ciranda dos laboratórios multinacionais diminuindo ao essencial o número de remédios e controlando-se seu preço (nos hospitais e postos de saúde eram grátis ou taxa mínima segundo o salário do cliente). Expandiu-se a vacinação. Privilegiou-se o fator preventivo. Multiplicaram-se os postos de saúde, tentando quebrar aquela concentração de hospitais a nível urbano. Quer dizer: pela primeira vez o moçambicano teve acesso à saúde e não só à doença.

Por outro lado, eu conheci mais de perto a experiência de um médico sanitário que tentou desenvolver, no interior de uma província (estado) do norte, um trabalho com parteiras tradicionais. Ele procurou estabelecer uma adequação da experiência das parteiras profissionais — que eram pouquíssimas e trabalhavam em

hospitais — com o saber profundo e enraizado, após anos de experiência, das parteiras que trabalhavam a nível local. Para as par-turientes era algo muito mais próximo da sua cultura e algo muito mais amoroso do que a atuação profissional dos hospitais. Além do que, por mais que existissem postos de saúde e hospitais, para a população dispersa do campo o acesso a esses benefícios era muito difícil. Então, tratava-se de aproveitar o conhecimento dessas mulheres, não só no sentido utilitário mas, sobretudo, fazer com que aquele saber fosse parte integrante do novo conhecimento que estava sendo produzido. Tratava-se também de integrar ao conheci-mento das parteiras algumas noções, por exemplo, de higiene e nutrição. Esse foi um trabalho muito delicado, que ia avançando dentro do ritmo requerido pelas partes envolvidas. Porém, a partir do momento em que ele foi se mostrando eficaz, os burocratas da área de saúde se sentiram ameaçados no seu poder e promoveram um verdadeiro boicote. Foi lamentável dado que, através desse trabalho, havia um maior acesso das aldeias às questões de saúde. Além do mais, e isso é muito importante, estava se procurando utilizar, de maneira sistemática, a medicina tradicional do país na questão do uso de raízes. Foram desenvolvidos alguns estudos sobre essa questão mas nunca se tinha o aval necessário para conseguir um aprofundamento maior. Estes estudos não chegaram a ser algo sancionado pelo poder de Estado. Ao que tudo indica, aí também estava presente a questão que quase nunca chegava a ser verbalizada: “não há algum ranço de obscurantismo nisso?” O medo do obscurantismo, o medo que não se avançasse por causa da tradi-ção, levou a que a sociedade tradicional moçambicana fosse pra-ticamente negada nos seus valores. Ela não é incorporada à revolu-ção, e toda a sua ideologia — os seus deuses inclusive — passa a ser tratada como obscurantismo.

Outro grande projeto foram as aldeias comunais. Era uma pro-posta do Governo para organizar a população e a produção no campo. As aldeias implicavam no agrupamento e reassentamento de populações dispersas que, assistidas social e tecnicamente, pas-sariam a produzir em escala e de forma coletiva.

Era um projeto político de uma lógica e de uma necessidade transparentes: o campo era o celeiro da produção material e ideoló-gica do Homem Novo. Mas... transparentes para quem? Implicava numa transformação radical das estruturas tradicionais de vida destas populações: deixar o solo dos seus antepassados e ir para uma terra desconhecida, conviver fora do grupo de origem e redef-inir estruturas de poder, modificar o tipo e a forma de produção e apropriação, etc. E havia ainda a memória recente dos aldeamentos coloniais (reassentamentos forçados e garantidos por tropas

para impedir os contatos com a Frelimo). Além das dificuldades político-ideológicas, da rapidez e da verticalidade com que o governo pretendeu implantar as aldeias comunais, existiram também inú-meros problemas técnicos (má definição da qualidade das terras gerando novas deslocamentos, falta de condições de assistência técnica para produção e escoamento, fragilidade do abastecimento, etc.). As aldeias não frutificaram: seria um trabalho de gerações e não um projeto (com a melhor das intenções), mas de gabinete.

Os impasses da alfabetização

RR — No início do processo de institucionalização houve um apelo à participação popular, não houve? O programa de Alfabe-tização e Educação de Adultos não integrava uma tentativa desse tipo?

IL — Agora me dou conta que ainda nem falei da alfabetiza-ção! Sem dúvida, houve um apelo e o programa de alfabetização foi uma tentativa nesse sentido. Mas é preciso dizer que antes da criação da Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (DNAEA), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, a alfa-betização já vinha acontecendo de forma espontânea.

RR — Espontânea como?

IL — Algo nascido da população mesmo. O lema, nessa época, era: quem sabe, ensina; quem não sabe, aprende. Em 1964, início da luta armada, o índice de analfabetismo — no sentido de não saber ler e escrever o português — era estimado em 99,6%. Então, imediatamente depois da independência, em 1975, houve um ver-dadeiro “boom” de alfabetização. A alfabetização era a conquista de um direito. O “boom” foi nas cidades. Não se tinha um método ou uma linha propriamente dita. Cada um em cada canto produzia material, juntava pessoas onde houvesse espaço — em casa, nas escolas...

RR — E a Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos?

IL — A Direção Nacional é criada em fevereiro/76 com o obje-tivo de estruturar nacionalmente o trabalho. Ela é criada enquanto um órgão novo dentro do Ministério da Educação e Cultura. O grupo era pequeno e sem muita experiência. Eram três pessoas na-

cionais e dois técnicos estrangeiros, os chamados cooperantes internacionalistas. Das três pessoas nacionais, membros da diretoria, apenas uma tinha experiência anterior, na cidade da Beira, na área de alfabetização e educação de adultos. Os outros dois membros, que então faziam parte das FPLM's, não tiveram uma participação mais ampla no período de luta armada dado que eram muito jovens. No mais, eram dois técnicos: um coreano (e que só falava coreano) e eu. O pessoal da secretaria vinha da época colonial, e se declarava a-político! Assim começou a funcionar a Direção Nacional.

Acoplado a esta Direção funcionava um grupo — porque não era uma equipe, as pessoas entravam e saíam — que estava produzindo o Livro de Alfabetização de Adultos. O livro — não havia condição de ser diferente — teria caráter nacional. Após (e não paralelamente ao livro) foi produzido um manual para a alfabetização, ambos para a primeira campanha nacional. Vendo-se a necessidade de dar maior suporte aos alfabetizadores, para a segunda e terceira campanhas acrescentou-se um Caderno de Apoio Pedagógico que supria as falhas mais gritantes do livro e do manual e fez-se uma programação semanal de rádio para escuta coletiva, um tipo de reciclagem à distância.

Para a quarta campanha foi produzido um novo livro e manual — sempre em português mas já com um apoio oficioso de lingüistas.

As próprias campanhas é que funcionavam como pré-teste dos meios instrucionais; as modificações iam sendo introduzidas empiricamente e aos soluços. Às vezes, no caso do material escrito, e quando este chegava até as salas de aula, já estava ultrapassado.

RR — Funcionava-se então à base de Campanhas de Alfabetização?

IL — Sim, tudo isto era feito visando as campanhas nacionais de alfabetização. Mas, na verdade, é difícil falar em campanha em Moçambique. Quando se fala na campanha cubana, na campanha nicaragüense, você entende uma concentração de forças, de trabalho, sobre um determinado tema — Alfabetização e Educação de Adultos — em um tempo delimitado. Isso em Moçambique não era possível. Para o Governo, tudo era prioritário. Eram flechas de prioridades paralelas para a área econômica e para a área social, cada vez mais pressionadas e exangues por causa da situação militar. As campanhas, durando cada uma mais de um ano, se sucediam e perdiam fôlego. A evasão de alfabetizadores era altíssima (quase 100% depois da primeira campanha), a repetência e, com o tempo, a evasão dos alfabetizandos também.

Os recursos eram escassos, as dificuldades de organização muito grandes: “sentia-se” o desempenho de cada campanha mas as condições de avaliar, inclusive de estabelecer as estatísticas, eram muito precárias.

RR — O programa de alfabetização dizia respeito às línguas nacionais utilizadas pela população?

IL — Esta é a questão mais importante e básica: a alfabetização foi feita em português. Essa era uma postura da Frelimo que vinha desde a época da luta armada. O português era considerado como a língua de unidade nacional. “Assim como recuperamos as armas do inimigo, recuperamos a sua língua a nosso favor”. Na medida em que existiam uma série de línguas nacionais, e uma série de dialetos, a postura da Frelimo foi não privilegiar nem uma nem outra dessas línguas e sim tomar uma língua que servisse, teoricamente, a todo o território nacional. Talvez houvesse também a consideração do português como língua internacional, o que ela não é!

De todo modo, desde a época da luta armada a alfabetização era feita em português. Isso não era possível de ser questionado dado que era uma diretriz do Partido.

RR — Mas não foi discutida a importância da língua como instrumento de apreensão do mundo: dos objetos, das relações sociais e das próprias subjetividades?

IL — Houve muita tentativa de discussão a nível técnico. Mas era uma questão delicada. Praticamente quem discutia isso eram os estrangeiros, os cooperantes. Não havia condições, nesse tipo de estrutura de estado, de questionar uma diretriz de partido. O que claramente era colocado é que o português não era uma língua de comunicação no interior do país. Nas cidades havia um crescimento da importância oficial do português embora entre si as pessoas não se comunicassem em português. A nível rural não havia por que usar o português; o desenvolvimento das forças produtivas no campo simplesmente não exigia a sua utilização. Mas nós da Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos utilizávamos o português, trabalhávamos com ele, como se fosse uma primeira língua. Assim, para a produção do primeiro livro de alfabetização não foi feito nenhum estudo comparativo da estrutura lingüística entre o português e os tronços das várias línguas nacionais. O português aparece no Livro como se tratasse de estudo da primeira

língua. O que não era, absolutamente. Não se fez uma pesquisa, mas seguramente as pessoas resistiram a esse aprendizado em português. É claro que tem que ser considerado que a revolução no poder vivia o conflito entre a necessidade e o temor de uma abertura para inovações ou criatividades. Mas o problema a se ver é se é só um momento ou se essa postura já está embutida na própria rigidez com que se levava, em Moçambique, as diretrizes partidárias. Porque aí a situação é grave. Tudo fica muito enquadrado, muito regido por uma ordem preestabelecida mesmo. Há um medo de criar e se desviar. E o risco é isso passar a ser a marca registrada das atuações. No caso da alfabetização, esse enquadramento resultou na elaboração de um Livro sem que tenha havido a participação da população na gestação do pensamento sobre como alfabetizar, que material produzir, que língua ou que línguas utilizar, como formar os multiplicadores; quando, em que horários, como dar esta alfabetização.

RR — Mas o moçambicano resistiu a esse aprendizado em português. Como se dava essa resistência?

IL — O pessoal faltava muito às aulas. No campo, quem tinha uma estrutura de autoridade muito internalizada, até ia. Mas, nestas condições, a possibilidade de aprendizado era praticamente nula. Isso se expressava no verdadeiro medo de avançar de um estágio para outro na alfabetização; alfabetizando e alfabetizadores se sentiam inseguros.

RR — Por que isso? O pessoal via a alfabetização como uma tarefa impossível?

IL — Acho que as maiores “impossibilidades” foram sendo sedimentadas pela própria organização burocrático-administrativa da Direção Nacional. Uma área nova do MEC mas que não conseguiu pôr o velho organograma em causa; faltava-lhe criar condições políticas para propor uma estrutura mais ágil, sem ranço. Tinha-se dificuldades bastante grandes para o treinamento dos alfabetizadores. Sobretudo na medida em que se ia saindo das cidades. Aí houve um início de descentralização: em um primeiro momento, foram criadas as direções provinciais (o que corresponderia aqui a nível estadual) e direções distritais. Em um momento posterior, já em 1979, outros ministérios, que não só o Ministério da Educação e Cultura, assumiram também a sua parte nas campanhas. Cada ministério foi orientado para criar, na área de recursos humanos, uma estrutura de alfabetização nos mesmos moldes daquela que

vinha funcionando no Ministério da Educação e Cultura. Mas, assim como a população não teve participação na formulação do programa de educação de adultos, também não houve uma discussão maior com esses outros ministérios quando eles passaram a dar apoio e desenvolver serviços na área de educação de adultos. Na prática, algumas adaptações de conteúdo foram feitas, no entanto, as questões mais importantes — a diretriz única, por exemplo — não foram sequer colocadas em discussão.

Por outro lado, existiam as dificuldades a nível do alfabetizador. Quanto mais se caminhava para o interior menos os alfabetizadores dominavam a língua que eles deveriam ensinar. Eles próprios não tinham interesse maior em dominar aquela língua pois não se utilizavam dela a não ser naquelas duas horas diárias de aula que eles davam. Neste quadro, surgiu ainda outro complicador. A precariedade da situação de vida da população era cada vez mais acentuada. Ao mesmo tempo, o primeiro ímpeto revolucionário foi esmorecendo na população. Neste momento, foi se colocando a possibilidade de haver alguma forma de remuneração pelo trabalho de alfabetização que, até então, era feito como um trabalho voluntário. O que aconteceu foi que, para o alfabetizador, ganhou relevo a questão financeira. Em uma situação de desemprego e penúria e decrescendo claramente o diálogo com o Partido, entende-se que a questão da remuneração cresça enquanto reivindicação, sem que esse nome tenha sido colocado. Na verdade, o alfabetizador tinha uma dupla jornada de trabalho: ele era um trabalhador, por exemplo, em uma empresa e depois do expediente dava aulas de alfabetização. Gradativamente ficou acertado que o local de trabalho, a empresa, cedia uma hora de trabalho e a outra hora era cedida pelo alfabetizador. Ou seja: alfabetizando e alfabetizadores produziam 5 horas semanais a menos para as empresas. Isso foi uma luta grande em relação aos chamados ministérios econômicos porque, na visão deles, não se podia perder tempo de produção. O alfabetizador continuava sua luta surda por algum tipo de compensação material e o campo ouvia o eco dos privilégios obtidos na cidade... Seria impossível remunerar todos os alfabetizadores espalhados pelo país. Na primeira Campanha, por exemplo, estima-se um resultado de cem mil alfabetizados. Só para ilustrar, se você considera 15 alfabetizando por alfabetizador você pode imaginar o que isso representava em soma de dinheiro envolvida, mesmo considerando que cada alfabetizador ganhasse apenas uma ajuda de custo. Isso era um problema muito sério porque você formava alfabetizadores e eles desapareciam; o voluntário desaparecia. Aquele élan não estava mais existindo.

RR — E quando foi que este élan existiu, no período de luta?

IL — No período de luta, sim. Mas, na medida em que o Estado vai se institucionalizando, este élan vai desaparecendo. Não se tinha mais aquele envolvimento inicial. A ida às manifestações, por exemplo, torna-se algo menos espontâneo e mais obrigatório. O que mantinha a chama acesa eram as 'figuras' do Partido. Samora, sobretudo. Era algo impressionante ver a figura de Samora nas manifestações, figura catalisadora, realmente. Você sentia a população vibrar; ele mantinha a esperança. O carisma de Samora ultrapassou inclusive as fronteiras do país. Moçambique teve uma importância muito grande a nível da OUA — Organização da Unidade Africana. E foi por causa desta importância que houve uma intensificação da infiltração contra-revolucionária dentro do território moçambicano. Realmente a África do Sul não queria admitir um vizinho que se proclama libertário, antiapartheid. Para ela, isso não é possível em se tratando de uma nação negra e, ainda mais, não neocolonial.

A educação sem espaço

Os problemas de Moçambique são muito grandes e, agravados pela forma como foram sendo equacionados, foram levando a uma crescente descrença popular no projeto do Governo e do Partido. Na medida em que isso acontece, há uma repercussão muito forte também a nível da alfabetização. Tudo vai ficando mais difícil.

Inclusive uma coisa interessante a pensar é a rapidez com que a Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos foi absorvida pelo sistema de poder institucional. Quando ela foi criada, em fevereiro/76, era uma estrutura totalmente nova. Aos poucos, nós, participantes, permitimos que ela fosse se tornando uma estrutura pesada, velha e burocratizada. Por que uma estrutura como essa, que surgiu como algo novo, não conseguiu ser mais leve, ser mais dinâmica, ser mais ágil?

E a resposta teria que romper barreiras ou não seria uma resposta. E não foi, foi um círculo vicioso. Teria sido necessário descentralizar — mas como descentralizar quando a cultura institucional era centralizadora? Teria sido necessário promover a autonomia na base, isto é, incentivar o diálogo e a criatividade entre alfabetizadores e alfabetizados — mas como, se a alfabetização tinha que ser feita em português e os próprios "mestres", em sua maioria, eram semi-analfabetos nesta língua? Havia obrigações muito grandes (para os executores diretos) e grandiosas (para as estruturas) mas não se conquistou o direito de redefinir linhas programáticas.

RR — Você está querendo chamar a atenção para o fato de que a educação não pode ser pensada isolada do processo no qual ela se insere?

IL — O processo foi levando a que os objetivos para os quais a alfabetização estava sendo proposta fossem se perdendo. Então, a própria alfabetização perde em vigor, em importância. Com o programa de alfabetização buscava-se que essa conquista da independência pudesse frutificar em termos de melhoria de vida da população, em termos bem amplos. A população de Moçambique é uma população muito sofrida. Não sei até que ponto ela pensava em termos de construir uma nova sociedade. A construção é algo muito difícil e é a luta que dá essa noção. A população moçambicana não era uma população organizada. Era uma população cansada de tanto maltrato. A independência significava também que tinha chegado o seu momento de descanso. O projeto que foi colocado em prática depois da independência conseguiu se impor, mas não conseguiu ganhar a população. Nessa condição a educação, mesmo que a nível do discurso seja muito valorizada, passa a um plano secundário. Só pode passar. Não há outra alternativa. Ou se vê a educação e alfabetização enquanto integradas a todo um processo de transformação e desenvolvimento ou ela se torna estanque e perde a sua força.

RR — Todo Estado, com um apelo democrático, tenta conquistar o apoio da população. É ela que lhe dá legitimidade. Vamos pensar a questão pelo ângulo do processo educativo. A educação é considerada como um direito do cidadão. Sobre isso todos — ou quase todos — concordam e insiste-se muito nesse aspecto. Mas existe o outro lado — às vezes, menos explicitado — que é o interesse do Estado na educação. É através dos programas de educação que o Estado vai procurar propor modelos de comportamento, consolidar determinados valores e normas que ele considera eficientes para aquele tipo de Estado. Esse interesse está vinculado à questão da legitimidade. Como isso se deu em Moçambique?

IL — Existiu o interesse em manter a população mobilizada para um projeto de sociedade. O Partido e o Estado, a meu ver, nunca se questionaram sobre a sua própria legitimidade: ela advinha dos anos de luta armada, o momento presente era automaticamente legitimado pelo sangue que fora derramado. Algo épico, é verdade, e também lastreado na própria estrutura patriarcal da sociedade tradicional. Quando no final dos anos 70 o passado vai deixando de dar respostas ao presente, a imposição legal torna-se mais forte e, em alguns casos, volta-se à procura de uma nova legitimidade desde que não arranhe o equilíbrio da estrutura de poder.

Na educação formal aconteceram situações em que as professoras, nas escolas, puniam as crianças quando, no recreio, elas falavam em suas línguas de origem. Era algo que não era permitido. Elas deviam falar português. Isso era uma ordem ministerial? Não, não era. Nada estava escrito. Como sempre, há uma distância muito grande entre uma diretriz geral e os caminhos que ela percorre até chegar a sua aplicação. Mas o aspecto de imposição está presente em todos os caminhos. É claro que o professor — inclusive para se fazer valorizar na estrutura da escola, na estrutura do Estado, no Partido — precisava ser mais papista que o papa. A tendência existente no conjunto da sociedade era de uma rigidez muito grande. Então isso aconteceu: de não permitir no recreio das escolas que as crianças conversassem em suas próprias línguas. A alegação é que isso era grupismo, era tribalismo, era não aceitar o português como uma língua de unidade nacional. Em suma, era contra uma diretriz do partido.

A situação das professoras moçambicanas está muito dentro daquilo que o Cico² fala no prefácio do livro "A questão política da educação popular"³: "(...) mesmo quando a professorinha é uma gente daqui, o saber dela, o saberzinho dos meninos, não é". Quer dizer, a distância vai se formando entre os vários grupos da população; uma estratificação rígida, uma separação, uma dificuldade de diálogo, tudo isso vai surgindo.

Esta questão do português obrigatório nas escolas só vai ser resolvida e abolida quando o problema fica agudo e se vê que se está no nível da repressão, repetindo uma situação colonial. Mas ficou a impressão que esta atuação foi de iniciativa das professoras e não, claramente, mediada e, no fundo, orientada pela estrutura de poder então existente. Ou seja: é sempre o pequeno que carrega o ônus.

RR — Esse mecanismo é típico: para não assumir responsabilidades, quando as coisas não dão certo, transfere-se o problema para o nível individual — no caso, as professoras — como se não houvesse toda uma política institucional estruturando as relações.

IL — Veja, por exemplo, a questão de dar educação política nas escolas. Fazer educação política nas escolas significava o que exatamente? É mais do que claro que na cabeça de Samora, de Marcelino e de grandes quadros do Partido, isso significava o passar a experiência da época de luta armada, a experiência das zonas

libertadas. A idéia inicial que deve ter levado a estruturar uma cadeira de educação política nas escolas era essa recuperação do passado recente, da história recente. Só que quem ia passar isso para as crianças, para os adolescentes, não era quem tinha vivido essa história. Então, o que efetivamente era passado para essas crianças e esses adolescentes era uma receita de "como pensar", "como se comportar"; era a valorização do Partido, da bandeira nacional... Era muito o que a juventude aqui no Brasil conheceu como OSPB (Organização Social e Política do Brasil). Aqui foi a ditadura que impingiu essa matéria nas escolas. Em Moçambique, isso só foi abolido no momento em que Samora vai às escolas e percebe a deturpação que está acontecendo.

O Partido e seus poderes

RR — Isso é que eu ia perguntar a você. Quem tinha vivido esta luta estava na alta cúpula do Estado. Eles, sim, tinham vivido aquela história. As zonas de libertação tiveram uma importância grande nesse processo de independência formal da sociedade moçambicana. Depois da tomada do aparelho de estado, tudo o que tinha sido vivido anteriormente se perdeu? O que acontecia dentro do país não chegava até eles?

IL — Existem os meandros do poder, os seus confortos e as suas exigências. Cada vez mais as respostas eram dadas não à população mas ao desenvolvimento da capacidade técnica, respostas internacionais, respostas às altas esferas. Por que "o povo está com a Frelimo". Não há com que se preocupar, não há problema.

RR — O apoio da população era considerado certo, indiscutível e inevitável.

IL — Acontece que, de repente, as coisas já não eram mais assim. E o grau de confusão na cabeça do povo em relação à Frelimo ia aumentando cada vez mais.

RR — A população tinha uma expectativa em relação à Frelimo, no início?

IL — Sem dúvida. Frelimo significou a chegada da liberdade (nacionalização, educação pública e saúde socializada, terra a quem nela trabalha, fim da especulação e exploração). Na medida em que na atuação da Frelimo o legal se antepõe ao legítimo, as

(2) Antônio Cícero de Souza, lavrador do sul de Minas Gerais.

(3) Brandão, C. (org.). "A questão política da educação popular", SP, Brasiliense, 1980.

populações expressam sua estranheza na apatia. Eu soube de situações bastante difíceis que aconteceram sobretudo no norte de Moçambique, área do Macondes e de Macúas que têm uma identidade cultural muito forte e tinham discordâncias profundas em relação à direção que a Frelimo vinha imprimindo ao processo de Moçambique. A falta de espaço para tratar dessas divergências fez com que figuras importantes, comandantes da época da luta armada, se separassem da Frelimo. A nível oficial essas pessoas foram relegadas ao esquecimento total. Discordâncias menores eram mostradas, por exemplo, nas reuniões prévias à eleição das Assembléias, para provar a vitalidade interna do grupo. Mas, em todas as questões onde houve uma discordância mais frontal em relação à linha do Partido, elas não eram faladas, muito menos colocadas em discussão.

RR — Quer dizer que, além do afastamento em relação à população, havia um distanciamento da cúpula da Frelimo em relação a seus próprios quadros?

IL — Ao que tudo indica, isso não existia na época da luta armada. Com a tomada do poder de Estado é que vai se instalando e aprofundando essa separação entre Estado e quadros do Partido e entre Estado/Partido e a população que tinha dado apoio anteriormente às lutas.

RR — Como é que você, em Moçambique, vivenciou estas questões?

IL — Eu estava justamente pensando como está sendo difícil para mim relatar e tentar conceituar agora essa série de situações em Moçambique. Porque tudo isso entra na minha própria história de vida. Quando eu cheguei em Moçambique, depois de ter feito os percursos do exílio, mais ou menos conhecidos, por vários outros países, fiquei com aquela imagem: “aqui se constrói. Eu vou poder dar um mínimo de colaboração a essa construção”. A minha expectativa era muito grande. E, talvez, na época, eu tenha tentado enquadrar o que foi acontecendo em Moçambique nessa expectativa. Por isso uma dificuldade muito grande em enxergar as coisas na medida em que elas iam acontecendo. Eu me colocava muito em alerta: tem muito cooperante que vem com sua carga de vida, com sua visão técnica, que não tem nada a ver com África, e quer impor a sua visão das coisas, ditar regras. Eu tomava muito cuidado para não cair nessa. Mas, se havia a expectativa de construção, havia também a sensação psicológica de ser acolhida. Acho que isso contribuiu para que eu fosse me enquadrando.

Fui aceitando. Fui me adaptando. Eram lindas aquelas bandeiras todas desfraldadas! Mas um dia se percebe que as bandeiras não estão mais lá, que o povo escasseava, a fome aumentava. O que havia era a falta de respostas. E aí? Aí, tratava-se de cada um se aplicar, cada vez mais, naquilo que tinha para fazer. Eu tentava me aplicar. Mas as coisas não resultavam. E, cada vez mais, eu fui vivendo — como todos os técnicos — uma vida de gabinete. Indo muito menos aos locais aonde as coisas aconteciam e ficando muito mais nas planificações, nos trabalhos de execução de material didático, na formulação de programas de rádio para apoio ao alfabetizador...

RR — Isso era uma opção deliberada do Governo?

IL — Era sempre dito que isso não era o ideal, mas que era consequência das condições em que a gente estava vivendo. O que era real. O pessoal que trabalhava no aparelho de estado não saía mais do gabinete porque, a partir de 1980, praticamente não se conseguia mais sair de onde se estava. Havia escassez de combustível. Os recursos estavam escassos. Havia a atuação dos bandos. A nível de trabalho de Governo, às vezes você ainda conseguia chegar em algum lugar. Mas o retorno não era garantido; você podia chegar até algum aeroporto mas não conseguia chegar até a cidade; você chegava aos centros das cidades mas isso não queria dizer que você chegaria às aldeias... Só era possível atravessar grande parte de Moçambique em comboios militares. Os comboios militares escoltavam mercadorias, o vaivém dos alimentos, mais importante, claro, que um trabalho de educação. Educação quando ia, ia de carona. Nesta situação, era uma responsabilidade muito grande para o governo moçambicano deslocar técnicos estrangeiros porque isso importava em riscos. O que acontecesse teria uma grande repercussão internacional, negativa para a Frelimo e positiva para a reação. Então, o estrangulamento era muito grande. Você me pergunta: era uma opção deliberada? O tipo de opção de desenvolvimento que se fez realmente levou a isso. A partir de um determinado momento o trabalho passou a ser de gabinete.

RR — A proposta era de uma sociedade socialista!

IL — Mas, os moldes?!... O que esse socialismo tinha a ver com a comunidade africana e, especialmente, com as várias tribos moçambicanas?

Volta às raízes?

Na época em que eu vivi em Moçambique, havia na Universidade Eduardo Mondlane um lingüista polonês que estava fazendo uma pesquisa muito bonita sobre as línguas nacionais moçambi-

canas. No entanto, ele não era uma pessoa muito grata ao sistema e nunca recebeu o apoio que precisava. Havia outras tentativas de pesquisa nessa área, mas eu destaco este trabalho porque eu o considerava muito sério. Agora eu li que, a partir de 86, depois da morte de Samora, iniciou-se, na Universidade, um curso experimental de tsonga, tronco-mãe das línguas do sul do país, da região onde Samora nasceu. Este projeto tem o apoio da Unesco e visa o estabelecimento de um alfabeto para unificação da escrita em tsonga. É uma bela homenagem a alguém profundamente importante para Moçambique. Representará também um passo para se trabalhar as estruturas dos demais troncos e línguas nacionais? O tsonga abarca em torno de 12% da população; o macúia abarca 45%. Será que na alfabetização vai se chegar a ver que é possível e necessário trabalhar com as línguas nacionais primeiro, e só depois, se for o caso, passar para o português?

RR — Essas questões que você acaba de colocar foram levadas, alguma vez, como proposta de trabalho?

IL — As questões eram levantadas mas como proposta nunca foram incorporadas pelo Estado. Muito antes de se tomar o aparelho de estado, o fato da Frelimo — ainda como frente — colocar, nas zonas de libertação, o uso do português como forma de unidade, como forma de integração, determinou a proposta a ser implementada.

RR — Quando se lê os discursos de Samora, há neles uma grande flexibilidade, quase não dá para entender como o processo em Moçambique caminhou assim.

IL — Sim, há análises lindíssimas nos seus escritos antes da independência e também há flexibilidade numa série de textos posteriores.

Não sei lhe dizer (num certo sentido dói por dentro de mim) por que o processo em Moçambique caminhou assim. É como se no afã de uma construção acelerada tivessem se justaposto três regimes, três modelos de sociedade: a tradicional, a colonial e a socialista. A cada momento, dependendo da conjuntura política, um deles era privilegiado.

RR — Em nenhum momento, o conhecimento que possuía a população moçambicana foi visto como podendo fortalecer o reordenamento, em moldes africanos, da sociedade?

IL — Na prática, não. No discurso, sim. Na medida em que o Partido começou a sentir que havia um afastamento das massas, tentou retomar o contato com a população. Mas a retomada era sempre em termos do passado (luta armada e zonas libertadas). O aqui e agora, que já não era mais aquele, não era considerado. Era como se o momento passado pudesse ser recuperado em bloco. Era como se fosse possível mantê-lo cristalizado no tempo. O presente, que estava se escoando, era de distanciamento entre população e Partido.

Mas, as coisas sempre se modificam. Moçambique hoje trava uma grande batalha contra o genocídio, luta por sua sobrevivência. O inimigo tornou-se totalmente explícito, ocupando e arrasando áreas inteiras do país. E, parece, há um certo retorno às raízes. A reconstrução, baseada na produção familiar, é retomada e a produção cultural cresce. Ao que tudo indica o Estado está fazendo uma revisão e o Partido também.

Isso, me parece, é a única possibilidade: a revolução é uma revolução muito longa, muito difícil, e só possível dentro dos valores reais do povo moçambicano.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR 14

Os cem anos de abolição da escravidão no Brasil suscitaram inúmeros debates. Visando a participar da discussão de alguns dos temas por eles levantados, organizamos o presente Caderno abordando questões da África atual. Esta escolha tem, fundamentalmente, dois objetivos: Primeiro, estimular um maior conhecimento a respeito dos povos africanos. Segundo, retomando a história recente de alguns países da África, incentivar um debate sobre questões que dizem respeito às possibilidades efetivas de expressão, de organização e de participação de diferentes grupos sociais - enquanto diferentes - na estruturação de uma dada sociedade.

Coleção: Cadernos de Educação Popular:

- Nº 1 - Para Analisar Uma Prática de Educação Popular - Educação Popular: Um Depoimento - Beatriz Costa e Bernard von der Weid
- Nº 2 - Depoimento: Fala um Operário - Equipe do Nova
- Nº 3 - Conversando com os Agentes - Saber Popular/Educação Popular - Aída Bezerra e Pedro Benjamin Garcia
- Nº 4 - Só a Gente Que Vive é Que Sabe - O Que é a Seca - Equipe do Nova
- Nº 5 - Movimento dos Trabalhadores. Um Debate - Equipe do Nova
- Nº 6 - Do Fruto à Raiz - Zeca Tiago
- Nº 7 - Saúde e Educação Popular - Equipe do Nova
- Nº 8 - Alfabetização de Adultos - Equipe do Nova
- Nº 9 - O Trabalhador e a Produção Hoje - Equipe do Nova
- Nº 10 - MEB: Uma História de Muitos - Maria Aída B. Costa, Vera Jaccoud e Beatriz Costa
- Nº 11 - Agora o Mundo Não é Só o Nosso Lugar - Gustavo Lyra
- Nº 12 - Por Que as Crianças Não Gostam da Escola? - Luisa Castiglioni Lara
- Nº 13 - Educação Popular em Debate - Vários Autores
- Nº 14 - África Atual: Três Histórias, Várias Questões - João Bosco Feres, Valdir Carlos Sarapu e Irene Loewenstein

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL



Nova

00115-0